



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

LAÍSA DE DEUS ABRAHÃO

**DE MILTON SANTOS AO GÊNERO: UMA ANÁLISE DA PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO FEMININO A PARTIR DAS CAIXAS DE SUPERMERCADO**

SEROPÉDICA

2020

LAÍSA DE DEUS ABRAHÃO

**DE MILTON SANTOS AO GÊNERO: UMA ANÁLISE DA PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO FEMININO A PARTIR DAS CAIXAS DE SUPERMERCADO**

Monografia apresentada para título de Graduação em Licenciatura
Plena em Geografia, Instituto de Agronomia, Departamento de
Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof^a Dr^a Lirian Melchior

SEROPÉDICA

2020

LAÍSA DE DEUS ABRAHÃO

**DE MILTON SANTOS AO GÊNERO: UMA ANÁLISE DA PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO FEMININO A PARTIR DAS CAIXAS DE SUPERMERCADO**

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia, Instituto de Agronomia, Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela seguinte banca examinadora:

Prof.Dr^a Lirian Melchior – Departamento de Geografia – UFRRJ

Prof.Dr^a Geny Ferreira Guimarães – Colégio Técnico Rural - UFRRJ

Prof. Dr^a Moema de Castro Guedes – Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFRRJ

Seropédica, 02 de novembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à ciência que me permitiu alcançar patamares que eu nem pensava que conseguiria e por ser minha fonte infinita de busca pelo saber, que anda comigo desde que eu me entendo por gente.

À minha mãe Madalena que sempre me demonstrou a importância da educação e, segue como exemplo de mulher de força e de luta.

À minha avó Eliete que teve participação ativa na minha criação e também sempre fez prevalecer a importância da educação na minha vida.

Às minhas tias Edna (que por meio dos gibis da Turma da Mônica me apresentou ao mundo da leitura pelo qual que tenho grande fascínio), Fátima e Sandra e meu tio Vitor que também ajudaram a construir a pessoa que sou.

À minha prima Maria Eduarda pelas grandes conversas reflexivas nas madrugadas, minhas tias e meus tios, primas e primos.

À minha orientadora Lirian que aceitou minha proposta de monografia desde o primeiro momento, sempre me instigando a ler cada vez mais, buscar novas fontes e pela paciência pelas minhas perguntas intermináveis.

À professora Geny que me aceitou em sua sala de aula para o meu cumprimento de estágio obrigatório, pela sua luta às pautas raciais e pela sua inteligência em abordar com tanta precisão e leveza os conteúdos de Geografia.

À professora Moema que através da sua fala potente em sala de aula, demonstrou o quão é importante e urgente a compreensão sobre o gênero e a luta pelo mesmo.

Às minhas professoras e professores da escola, destacando-se o professor Gabriel que despertou meu interesse pela Geografia e a professora Ingrid do pré-vestibular social que foi decisória na minha escolha de curso de graduação.

Às amigas que construí durante a minha morada em Seropédica, dentro e fora de sala de aula.

Por último, mas não menos importante, não poderia deixar de me agradecer pela minha inteligência, foco e disciplina em escrever uma monografia que passou por momentos de turbulência e se tornou tão desafiante em tempos de pandemia.

RESUMO

O presente trabalho tem como pressuposto analisar a teoria de Milton Santos, Os dois circuitos da economia sob a perspectiva da subalternidade feminina que se apresenta de maneira marcante nos dois circuitos econômicos. Para este trabalho, temos como recorte teórico a análise do circuito inferior e como recorte metodológico as caixas de supermercado do município de Barra do Pirai (RJ) por meio das seguintes proposições: a) a submissão da mulher se expressa de maneira histórico-cultural e se manifesta nas diferenças de classe e gênero e b) a questão de gênero se manifesta mais perversamente no circuito inferior. Nesse contexto, as questões acima elucidadas demonstram também a capacidade que o capitalismo têm de se reinventar, mantendo ativo o seu caráter exploratório, que se manifesta de forma ainda mais perversa na categoria feminina, seja pela construção de sua função social (por meio do sistema patriarcal, que a manteve e mantém inferior), seja pela desvalorização de sua força de trabalho.

Palavras-chave: Capitalismo, Circuito Inferior da Economia, Trabalho, Gênero.

ABSTRACT

The present work assumes to analyze the theory of Milton Santos, The two circuits of the economy from the perspective of the female subordination that presents itself in a marked way in the two economic circuits. For this work, we have as a theoretical approach the analysis of the lower circuit and as a methodological approach the supermarket boxes in the municipality of Barra do Piraí (RJ) through the following propositions: a) the submission of women is expressed in a historical-cultural way and it manifests itself in class and gender differences and b) the gender issue manifests itself more perversely in the lower circuit. In this context, the questions elucidated above also demonstrate the capacity that capitalism has to reinvent itself, keeping its exploratory character active, which manifests itself even more perverse in the female category, either through the construction of its social function (through the system patriarchal, who kept it and keeps it inferior), either by the devaluation of its workforce.

Keyword: Capitalism, Lower Circuit of the Economy, Labor, Gender.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Metodologia.....	11
3. Desmascarando os entraves sociais: É a Geografia uma ciência neutra?.....	14
4. O circuito inferior dialoga com a precarização do mundo do trabalho.....	17
5. Capitalismo contemporâneo: a flexibilização como combustível para a precarização do trabalho feminino.....	25
6. O trabalho feminino encontra subalternidade nos dois circuitos econômicos.....	32
7. Precarização do trabalho feminino no setor varejista.....	42
7.1 Gênero no contexto da COVID-19.....	51
7.2 Se pudesse não ser caixa.....	54
8. Conclusão.....	59
9. Bibliografia.....	63
10. Anexos.....	67

1. Introdução

A questão de gênero quando inserida na análise do trabalho e suas correlações com o capital reconfigura a visão por sobre as atividades econômicas. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho, uma das ramificações do capitalismo, compartimenta o feminino e o masculino em campos distintos, permitindo que a mão-de-obra se expresse em níveis desiguais.

Dada essa condição, o trabalhador é analisado a partir do sujeito “universal”, que na realidade configura-se na tipologia masculina e branca, o que o torna na verdade bastante específico. Dessa forma, a teoria marxista apresenta uma carência teórica na medida em que expõe o processo econômico que constrói uma verdadeira “compulsão para o trabalho” e, simultaneamente a degradação do trabalhador ao transformar todos os aspectos da vida humana em valor, e posteriormente em mercadoria.

Haug (2006) aponta o apagamento da história das mulheres enquanto figuras importantes na construção da história, isto é, não leva em consideração que as experiências e práticas da mulher, que se constituiria a base do materialismo histórico com a perspectiva de gênero. Dessa forma, a ciência burguesa tradicional, incorpora um sexo – o masculino – assumindo todas as relações a partir de representações masculinas. Assim, a aliança entre a exploração capitalista e uma divisão do trabalho específica demonstram que a produção capitalista se apóia na opressão da mulher.

Por meio da complexidade acima abordada torna-se interessante apontar que a noção de trabalho ganha nova forma com o surgimento do capitalismo, voltado único e exclusivamente para atender a demanda da acumulação de capital. Portanto, esta última torna-se um empreendimento predatório e profundamente intensificado na chamada periferia do capitalismo, conforme sinalizado por Santos (1979) na Teoria dos dois circuitos da economia urbana.

Não obstante é necessário apontar para o fato de que, o circuito inferior da economia é capaz de tecer um nexos explicativo entre economia inferior, trabalho precário e precarização do trabalho feminino. Assim, ao deslocar o sentido de modernização para

modernizações - uma vez que essa última contempla a particularidade nos países que se encontram em condição de subalternidade - visto que o imaginário a respeito dos países subdesenvolvidos - é repleto de generalizações é interessante perceber que a palavra assume um caráter plástico, ou seja, se reinventa de acordo com o momento histórico que se concentra no espaço. Quanto ao trabalho produtivo da mulher, a modernização como fenômeno de ampla dimensão constrói espaços opacos que irão circunscrever a subordinação feminina ao capital.

Diante do panorama acima descrito, as justificativas do presente trabalho decorrem da necessidade em reermegir a discussão de gênero no campo da Geografia, uma vez que esta tem como foco norteador o espaço, trazer para o interior da academia o gênero como categoria de análise, portanto como teoria, não se limitando apenas ao ativismo presente nos movimentos políticos de rua e, por último, contextualizar para a atualidade teorias que se solidificaram com o tempo, através da incorporação de novas categorias de análise.

No próximo capítulo será apresentada a metodologia utilizada para a realização do trabalho tanto no que se refere às bibliografias utilizadas quanto aos dados coletados. No capítulo seguinte será abordada a discussão sobre a Geografia ainda estar pautada num pensamento eurocêntrico excludente, contribuindo para a marginalização de autoras ao passo que é um espaço que confere poder aos cânones masculinos. Adiante, será tratada a forma como o circuito inferior acelera o processo da precarização do trabalho feminino, seguido de uma breve comparação de que o trabalho produtivo da mulher é característico nos dois circuitos da economia urbana. Por último, a análise será centrada nas operadoras de caixa, que podem ser compreendidas como um dos exemplos de trabalho inferior que fazem parte da dinâmica peculiar da economia urbana dos países subdesenvolvidos, destacando o fato de que o gênero é uma categoria de análise fundamental para a compreensão das diferenças entre os sexos e implica na configuração da divisão sexual do trabalho.

2. Metodologia

A metodologia para a condução do trabalho realizado consistiu numa análise teórica sobre a precarização do trabalho feminino baseada nos conceitos de circuito inferior e superior da obra de Milton Santos, *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana*. A compreensão desta teoria norteou a construção de um raciocínio que conduz a ideia de que quando o trabalho é visto à luz do gênero existe a constituição de relações de poder que se estruturam a partir do patriarcado e se desenvolvem de distintas maneiras no espaço, a partir de mecanismos que se demonstram sutis, mas surtem efeitos avassaladores na produção do que é ser feminino. Para além da obra do Milton Santos, outras referências se tornaram essenciais para fundamentarem o trabalho: obras realizadas por académicas feministas para uma análise mais aprofundada da categoria gênero – Federici (2004), Hirata (2002), Haug (2006) e Silva (2009) – e também obras que versam sobre a precarização do trabalho: Harvey (2008), Quijano (1971) e Antunes (2000).

A condição da mulher vem passando por transformações na medida em que, aliado aos movimentos feministas, é repensado seu papel enquanto indivíduo. Dessa maneira, faz-se interessante abordar o conceito de trabalho feminino. Ainda é interessante destacar que, embora tenha aumentado a entrada de mulheres no mercado de trabalho, ainda permanecem realojadas em áreas consideradas “femininas”. Assim, é possível afirmar um caráter dúbio no trabalho feminino: de um lado é composto por ocupações inferiores (mais “vulneráveis”), do outro há maior ingresso nas universidades e consequente expansão da ocupação feminina em profissões de nível superior, consideradas de prestígio; todavia seu trabalho ainda sofre com a desqualificação.

Como recorte metodológico para entender a precarização do trabalho feminino, passou-se a observar o cotidiano do Casa do Arroz supermercados e verificou-se que todas as caixas eram mulheres e configurou-se, portanto, tal questionamento: por que este tipo de serviço é ocupado essencialmente por mulheres? Para tanto, foram aplicados três tipos de questionários: aspectos gerais sobre o estabelecimento, perfil das caixas juntamente com as relações de trabalho e outro num formato mais pessoal sobre a situação das operadoras de caixa, configurando um questionário específico para o RH da empresa e os outros dois para os funcionários, possibilitando uma melhor compreensão da realidade destes últimos principalmente.

Em relação ao primeiro formato de entrevista, as perguntas foram direcionadas especificamente ao setor de RH, que apresentou demora na resposta das questões referentes à quantidade de funcionários no estabelecimento, especificando a quantidade de homens e mulheres, o processo da contratação, formalização do trabalho (carteira assinada ou não), escolaridade dos empregados e rotatividade do trabalho.

Já o segundo, tratou da situação em que se encontram as caixas, do ponto de vista das relações entre as funcionárias e relações entre funcionárias e a gerência, nível de escolaridade, responsabilidade nas despesas da casa, número de filhos, quantidade de pessoas que vivem na residência, valor do salário, faixa etária, carga horária e situação de assédio no trabalho.

Por último, a entrevista tornou-se mais pessoal pela compreensão de que as profissionais estavam com receio de perder o emprego por conta da pandemia, falta de tempo ainda maior por conta dos receios oriundos da chance de se contaminar por estarem na linha de frente do vírus, uma vez que os supermercados não fecharam no período de isolamento social.

A origem da desvalorização do trabalho feminino pode ser avaliada na perspectiva de Silvia Federici (2004) em *Calibã e a Bruxa*, que faz uma análise excepcional da relação direta da submissão da figura feminina com a chegada do capitalismo. Dessa maneira, as mulheres que, no período feudal assumiam uma posição de equidade com os homens, até o final do século XVII o Estado aliado à aristocracia contribuíram para a degradação da mulher, seja na perspectiva do disciplinamento de seus corpos, seja no afastamento da vida pública enquanto trabalhadora, confinando e delimitando, portanto, uma nova divisão sexual do trabalho.

Nessa perspectiva, foi consolidada a figura da “dona-de-casa” com a difusão da ideia de que as mulheres não deveriam trabalhar fora de casa e sua participação na “produção” vinha na forma de ajuda aos seus maridos. Afirmava-se inclusive que o trabalho realizado pelas mulheres em casa era “não trabalho” e não possuía valor, mesmo quando voltado para o mercado (Wiesner, 1993, p.83). Portanto, se uma mulher realizava algo como costurar uma roupa, tratava-se de “trabalho doméstico”, mesmo se não fosse para a família, ao passo que o homem quando realizava a mesma tarefa, esta era considerada “produtiva”.

Uma análise contemporânea após intensos períodos de um disciplinamento capitalista das mulheres é possível inferir que a desvalorização da força produtiva da

mulher esteve diretamente relacionada à sua função de dona do lar. Dessa forma é interessante assinalar que o núcleo familiar tradicional pai-mãe-filho foi configurado de acordo com as relações monetárias que se tornaram um dos pilares da consolidação do sistema capitalista, uma vez que redefiniu a família como o lugar da produção do trabalho. O cenário complexo elucidado acima revela que o trabalho feminino foi definido como um recurso essencial nas relações do mercado, ou ainda, ao ser incorporado pela lógica capitalista é qualificado como inferior.

Nesse âmbito, a flexibilização - uma das marcas da reestruturação produtiva - tem se concentrado na ponta da cadeia com acentuada precariedade, caracterizando-se também pela combinação de uma ampla variedade de condições de trabalho com níveis bastante diferenciados de qualidade, remuneração e estabilidade, e, mais uma vez, com uma pronunciada divisão sexual do trabalho (Abramo, 1998; Hirata, 1998; Neves, 2000; Leite, 2004).

A partir das perspectivas acima elucidadas torna-se importante ressaltar que o trabalho produtivo da mulher é, antes de tudo resultado de um processo histórico-cultural de produção das desigualdades de gênero viabilizado pela lógica capitalista que, na tentativa de estabelecer padrões legítimos a subordinação das minorias – aí inclusa, a mulher.

3. Desmascarando os entraves sociais: É a Geografia uma ciência neutra?

A Geografia apresenta-se como uma ciência espacial. Sendo o espaço, um ambiente construído por meio de contradições, palco de intercessões de infinitas manifestações, desde as mais subjetivas até as mais concretas revelam o caráter dialético presente em seu interior. Convém ressaltar que, por ser um campo de tensionamentos, o espaço é um fator determinante nas relações de poder que nele se concentram e asseguram, pois é nele que se reverberam as assimetrias das relações sociais. Isto é, o espaço geográfico é também palco da reprodução das desigualdades de gênero, na medida em que nele são gerados e conformados tensionamentos que legitimam um sistema de diferenças.

Assumindo gênero como um constructo social que confere papéis sociais para homens e mulheres, é possível afirmar que a forma como tais indivíduos percebem o espaço, se apresenta de maneira diferenciada. Dessa maneira, a divisão sexual do trabalho adentra as esferas sociais como um elemento fundamental e segregador ao destinar e, conseqüentemente, atribuir as “atividades masculinas” e “atividades femininas”.

É nesse sentido que trabalho torna-se o ponto de mediação das relações de poder uma vez que ele indica aquele que detém o poder e aquele que não o possui. Esse fato somado as profundas dinâmicas dos novos modelos de produção – a busca por novos mercados, ampliação incansável de lucros – indicam que a própria estrutura do capital já não é fixa, isto é, assume caráter fluido, na medida em que imprime no espaço distintas combinações de (des)territorialização e (des)naturalização.

Sendo a Geografia uma ciência espacial, é nela que se encontra as contradições presentes no espaço e, por este estar em constante tensionamentos devido à “guerras” de poder se faz necessário considerar que, aqueles que historicamente são “alienados” de seus meios de produção em algum momento irão reivindicar por mudanças nas estruturas que os confinam.

Conforme as abordagens que vem sendo construídas ao longo dos parágrafos é interessante apontar que, as mulheres sendo agentes históricos profundamente

deslegitimados de seu trabalho produtivo constroem uma dialética que parte da sua precariedade enquanto força produtiva salientada pela divisão sexual do trabalho e atravessa as dinâmicas que se convergem no espaço, visto que ele é também (re)produtor das relações de poder que delimitam as mulheres às estruturas onde vigoram à sua inferioridade, esta fruto de uma construção social, definindo, assim até onde podem se deslocar – tanto do ponto de vista físico, material quanto do ponto de vista social. Parafraseando Haug (2006), as relações de gênero são também relações geográficas.

Nesse sentido, a Geografia é um saber científico que ainda concentra forças numa epistemologia dita universal, mas que se demonstra bastante posicionada: branca, masculina, eurocêntrica e cristã. E, nesse monopólio de uma ciência moderna pautada numa suposta neutralidade epistemológica são invisibilizados e apagados vários sujeitos que não se identificam com o homem eurocentrado, fazendo surgir a crítica a essa produção científica hegemônica através das contribuições da chamada corrente “geografias feministas”.

Dessa maneira, o saber científico é desestabilizado pelas narrativas de incômodo, isto é, pelas perspectivas das mulheres e homens negros, dos homossexuais e demais sujeitos que são silenciados pelo discurso hegemônico. Assim, trazer para o debate a discussão de gênero, implica em dar vozes a indivíduos historicamente silenciados. No que tange a perspectiva da ciência geográfica, embora tenha ocorrido o processo de feminização neste ramo, torna-se bastante notória a ausência de abordagens de gênero.

Conforme apontado por Silva (2009), a construção do conhecimento geográfico dá exclusividade aos homens em detrimento da ausência feminina. A linguagem sexista é um dos inúmeros exemplos dessa problemática e acaba retirando as mulheres do discurso científico, uma vez que a linguagem é um artifício que se perpetua no tempo e espaço na medida em que a sociedade se comunica, edifica e constrói a realidade social. Essa ocultação da presença feminina nos conteúdos curriculares de graduação de geografia contribuem para uma reflexão parcial do olhar sobre o mundo, não refletindo a realidade socioespacial, expressando uma visão neutra sobre o espaço

“potencializando o padrão masculino, tanto no privilégio de abordagens temáticas como no referencial teórico indicado” (SILVA, 2009).

Os aspectos estruturais que promovem as ausências e silêncios no discurso geográfico dificulta a crítica em relação à epistemologia, já que: como contestar algo inexistente? A falta implica investigar seu contrário, ou seja, para entender a ausência é necessário compreender a existência. Nesse sentido, analisar o par ausência/existência implica avaliar os termos de forma paradoxal, tarefa essa apontada por Silva (2009), que explicita algumas premissas históricas ao se pensar num discurso científico geográfico eurocentrado: (i) a base eurocêntrica de constituição do saber; (ii) o apego à forma material do espaço, do qual emana a pretensa neutralidade; (iii) a permanência do sujeito genérico e universal, que invisibiliza os demais grupos sociais que não estão identificados com o protagonismo do homem, branco, ocidental, cristão.

Os pressupostos da racionalidade, universalidade e objetividade são, portanto, traços que compõem o saber científico projetado no modelo ocidental europeu que constrói as “verdades absolutas”. A Geografia Brasileira se apóia na subjetividade colonial e se contempla em personagens europeus, subalternizando atores não brancos. Sendo a ciência um saber dialógico, esta de se realizar por meio do reconhecimento das diferenças, considerando que “todo o conhecimento é posicionado e situacional”.

Anterior a discussão de gênero enquanto categoria para se pensar trabalho, faz-se importante destacar a ideia geral de Milton Santos em sua obra *Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* para compreender o panorama realizado pelo autor a respeito de como a circulação da economia se dinamiza nos países subdesenvolvidos. Posteriormente a exposição de suas formulações teóricas, a partir de seu conceito de circuito inferior da economia, que torna-se dependente do superior é de fundamental importância estabelecer um nexos explicativo entre economia inferior, trabalho precário e o trabalho feminino. Compreender o “fio condutor” que atravessa essa relação será uma das proposições realizadas nesse trabalho.

4. O circuito inferior dialoga com a precarização do mundo do trabalho

A palavra modernização trabalhada principalmente pelos sociológicos, acarreta uma série de discussões quanto a sua semântica. Dessa forma, ela necessita de uma explicação para que sua ideia seja melhor difundida. Tal palavra assume um sentido um tanto quanto incompleto, logo, ficaria mais apropriado dizer “modernizações”. O uso desse último termo implicaria num menor risco de erro em relação ao imaginário que se tem acerca dos países subdesenvolvidos, cercados por generalizações. Isto significa dizer que a mudança do singular para o plural permite um maior aprofundamento quanto às particularidades dos países que se encontram nessa condição (subdesenvolvimento).

Nessa perspectiva, torna-se interessante ressaltar que ao se falar em modernizações, os períodos históricos, isto é, recortes do tempo, seriam mais desenvolvidos e a análise e conseqüentemente a abordagem dos momentos marcantes da história dos países subdesenvolvidos (cada um apresenta uma particularidade) seriam interpretados de maneira mais singular, minuciosa.

Na atual configuração, as distintas modernizações são construídas por meio do aparato tecnológico, comandadas pelas multinacionais além da difusão das informações. Nesse sentido, os países subdesenvolvidos apresentam um elemento em comum dentre o seu emaranhado de características: a informação e o consumo. Essas duas variáveis sofrem oscilações conforme os avanços tecnológicos que vem dos países desenvolvidos, gerando uma verdadeira cadeia de dependência.

Além disso, é importante considerar que nos países periféricos, o acesso ao emprego é limitado, visto que a implantação de indústrias nessas áreas atende a uma demanda extremamente alta de capital. Assim, as formações territoriais dos países periféricos podem ser explicadas pela existência nas cidades de um sistema econômico (dominante) que origina dois subsistemas, os dois circuitos da economia urbana.

A força de organização das estruturas monopolistas e do Estado são responsáveis por produzir a pobreza em grande escala, uma vez que causam impacto na vida das populações. O modo de produção capitalista acarreta a distribuição desigual de renda,

conforme delimita a expansão do mercado de trabalho, isto é, estabelece limite de emprego e, por consequência ocasiona a formação do circuito inferior da economia.

Essas disparidades que pertencem a esse sistema econômico, impulsiona a geração de um ciclo vicioso, que concentra renda nas mãos de poucos e se dispersa nas mãos de muitos. Esses últimos, os mais pobres, uma vez que não possuem acesso aos bens produzidos pelos empresários e possuem baixa produção, gerando mercadorias inferiores que não estão no mesmo nível daquelas que recebem grande investimento tecnológico, são os mais prejudicados quando entram em concorrência e, conseqüentemente o escoamento do capital gerado pela fabricação dos produtos sofre um *déficit* quando é transferido para as pessoas pertencentes ao circuito inferior.

Com relação ao emprego, gerado pelo processo de industrialização, nos países subdesenvolvidos fica cada vez mais restrito, visto que a implantação de multinacionais nessas áreas garante o emprego de trabalhadores no exterior, na medida em que tais indústrias necessitam de mão-de-obra qualificada para administrar suas estruturas altamente tecnológicas. Assim, cria-se “(...) empregos para estrangeiros nos países subdesenvolvidos, sobretudo nos mais atrasados (SANTOS, 2004, p. 148)”.

Nesse sentido, cabe ressaltar que embora haja uma empregabilidade aos trabalhadores que vem de fora, o circuito superior da economia, necessita de mão-de-obra barata oriunda do circuito inferior, para aumentar seus lucros e, portanto diminuir seus gastos (não possuem compromisso com as despesas dos operários não-qualificados, em relação ao direito à férias, 13º salário, previdência etc; haja visto os contratos de trabalho temporários) contribuindo assim, para a decadência dos salários desses operários. A respeito desse aspecto, Santos (2004, p.149) destaca:

Na maior parte dos países subdesenvolvidos o preço do capital e o do trabalho não são imutáveis numa situação de progresso técnico. Como o número de empregos que não exigem qualificação é elevado no circuito superior, isso permite a utilização de uma parcela de mão-de-obra que vem do outro circuito. O preço dessa mão-de-obra é fixado pelas atividades modernas, mas em função dos fatores de oferta e de demanda existentes no setor doméstico. (...) As vantagens a favor dos assalariados, que poderiam ser esperadas das atividades de alto coeficiente de capital (*capital intensive*), não se concretizam.

Ainda é válido destacar que, a prática de monopólio ou oligopólio exercida pelas grandes corporações controla a oferta da mão-de-obra (como dito anteriormente limita as vagas de emprego), não somente para regular seus gastos, aumentar seus lucros e outros fatores de natureza técnica, mas também para diminuir os riscos em relação ao poder sindical dos trabalhadores, como Santos (2004, p.151) afirma: “As grandes firmas, sobretudo as empresas multinacionais, não têm interesse em utilizar técnicas de alto coeficiente de emprego (*labour intense*), pois a massa operária representa um perigo, devido a sua força reivindicatória e política.”

A pobreza, nessa perspectiva, é produto do rápido crescimento da modernização e, nos países subdesenvolvidos aprofunda-se cada vez mais, ocasionando disparidades sociais e econômicas. Dessa forma, ela é histórica e espacialmente construída, como afirma Santos (2008), isto é, um fenômeno que é formado ao longo do tempo. O que a diferencia do momento atual é que a sua estruturação está fortemente ligada à uma dinâmica global. Isto significa dizer que seu caráter é internacional, mesmo que esteja localizada em determinado espaço, sua origem é derivada de outras formações sociais constituídas em outras áreas.

O espaço, nesse sentido, é constituído por distintas formas de pobreza ao longo do tempo. A industrialização acarretou a urbanização e, assim, a pobreza do campo (com o fenômeno do êxodo rural) foi transferida para a cidade, que concentra e organiza o processo de acumulação capitalista, produzindo outro tipo de pobreza. Esses fenômenos provocam a formação de massas que são verdadeiramente excluídas do processo produtivo, da vida social, do espaço urbano, denominada de marginalidade, ou seja, pessoas que não são integradas ao processo de modernização, sem acesso aos bens necessários à sua sobrevivência. A respeito desse aspecto, resta indagar: Como o capitalismo, um sistema que acumula riquezas, produz simultaneamente a pobreza? Ele se sustenta por conta de sua ação contraditória.

O processo produtivo para lucrar, necessita provocar o empobrecimento de muitas camadas da sociedade, as classes mais pobres, para dar continuidade ao seu ciclo de riquezas. Assim, extrai e explora o máximo da mão-de-obra barata para permanecer no sistema econômico internacional que, por sua vez, exige uma modernização

tecnológica (promovendo lugares cada vez mais homogêneos, acarretando o processo de artificialização - produto do aprimoramento das técnicas - do espaço).

No interior desses mecanismos que suscitam a formação da pobreza, há um crescimento do circuito inferior da economia, mas que não é mensurável, uma vez que é mutável e, por muitas vezes é praticamente impossível ser observado à luz das análises estatísticas, que não dão conta de quantificar um fenômeno que evolui e aumenta conforme as características das formações sociais que se concentram no espaço de maneira desigual. Nesse sentido, a manutenção da pobreza nos países subdesenvolvidos implica também na restrição das necessidades básicas das populações residentes nessas áreas.

Para entender o espaço urbano de maneira mais minuciosa, detalhada é necessário, portanto, analisar o circuito inferior da economia para a compreensão das disparidades tanto sociais quanto econômicas que são evidentes no sistema econômico capitalista que se apresenta de modo contraditório por conta da sua dualidade entre gerar lucro *versus* produzir pobreza.

No interior dessa problemática faz-se importante destacar que, o empobrecimento de grandes camadas populares é um processo antigo, tradicional, que tem sua gênese e evolução em um dado momento histórico que se alastrou e aprofundou suas raízes na atual conjuntura, principalmente nos países subdesenvolvidos, logo é uma herança temporal, de condições econômicas tradicionais. Não é à toa que Milton Santos (2004, p. 154) indaga: “É o caso de se dizer que tradição e pobreza são sinônimos?”

A forma como são implantados os sistemas técnicos e produtivos mostra-se de maneira desigual no espaço, promovendo políticas públicas, criação de territórios e lugares profundamente desiguais, acarretando assim, a ampliação da pobreza.

A teoria dos circuitos (superior e inferior) da economia urbana é um artifício essencial para se compreender os processos de industrialização e urbanização que se concentram nas cidades, principalmente de países periféricos (embora seja necessária a incorporação de alguns aspectos que fazem parte da atual configuração mundial, cada vez mais complexa), uma vez que analisa de forma mais criteriosa os aspectos responsáveis pela causa e o efeito das disparidades sociais e econômicas que se dão

nessas áreas onde há grande concentração de renda nas mãos de poucos e extrema miséria nas mãos de muitos.

O processo de modernização que engloba vários espaços produz uma espécie de subclasse, marginais, no interior de uma classe (pobre) que é vítima de uma sociedade desigual. Essa subclasse é ainda mais restrita aos bens necessários para sua vida social, uma vez que ficam literalmente à margem do espaço urbanos, não são integrados ao restante da população, formando um verdadeiro, exército de reserva, uma vez que são pessoas que se encontram em condições desumanas, logo se submetem a qualquer oferta de emprego, por conta de sua situação.

Ainda é possível salientar que, embora o circuito superior concentre as atividades mais rentáveis com aparato tecnológico de ponta, ele necessita da mão-de-obra barata oriunda do circuito inferior temporariamente para reduzir seus custos que, conseqüentemente é aquela que torna-se rapidamente descartável. Sendo assim, os circuitos superior e inferior da economia urbana diferenciam-se quanto à organização de suas atividades, o uso de capitais e tecnologia e hoje importa considerar: “(i) o aprofundamento da interdependência dos lugares, (ii) as diferenças e desigualdades regionais, (iii) o uso de novas tecnologias pelo circuito inferior, (iv) a expansão do crédito e do consumo entre os pobres e, por fim, (v) a avaliação dos ramos de atividades, ou seja, a avaliação dos circuitos espaciais de produção por ramo de atividade (CATAIA e SILVA, 2013, p. 64).

Ao longo dos parágrafos acima é possível perceber que o circuito inferior acaba por criar fragmentos no que concerne ao mundo do trabalho na medida em que a economia informal que se faz presente na nova configuração mundial alia-se ao capital para criar ambientes subalternizados que precarizam a mão de obra. Antunes (2000) introduz uma discussão significativa ao elucidar que a “classe-que-vive-do-trabalho”, isto é, a classe trabalhadora toma novas configurações no contexto de um mundo globalizado.

Isso significa dizer que a classe trabalhadora já não se conforma a configuração denotada pela filosofia marxista, que se restringe ao proletariado industrial, mas sim uma dimensão regada a heterogeneidade, diversidade e complexidade. No contexto de acumulação flexível que se pauta nas organizações tayloristas/fordistas, entender o

trabalhador com um operário estritamente fabril é reduzir as condições que o capitalismo se construiu as paredes do século XVII (onde há a consolidação da indústria, em termos europeus). Assim, torna-se importante ressaltar que as mudanças no mundo do trabalho, implicaram numa nova forma de mundialização do capital.

Esses novos “padrões” trazidos pela mudança da configuração mundial, em vista à globalização, conduziu a novas formas de compreensão do sentido do trabalho. A classe trabalhadora passou por novas clivagens e inclui todos aqueles e aquelas que são assalariados e que vivem da venda de sua força de trabalho (isso inclui não somente o trabalhador que produz exclusivamente na fábrica, mas aqueles que trabalham e não tem carteira assinada, os imigrantes, mulheres, jovens, idosos, trabalhadores autônomos etc).

Tal processo de internacionalização do trabalho acabou por estratificar e fragmentar os “incluídos e excluídos” do processo produtivo acentuando uma nova forma de ser no trabalho, isto é, a classe trabalhadora se molda a uma concepção mais ampliada do mundo do trabalho e passa por uma nova triagem: a precarização. Essa nova faceta absorvida pelo trabalhador e pela trabalhadora, embora em intensidade distinta, assume assimetrias que irão condensar a força de trabalho. Dessa forma, o capitalismo contemporâneo faz seu desenho a partir da linguagem da destruição.

Com essa nova forma flexibilizada do capitalismo – terceirização, desconcentração do espaço produtivo, empregos parciais e temporários – cria-se uma espécie de dualismo no perfil do trabalhadores. De um lado, a caricatura do operário polivalente e multifuncional e do outro, aquele precarizado e desqualificado que vivencia o desemprego estrutural. Esse conjunto de mutações não permite avaliar portanto uma classe trabalhadora homogênea, mas sim fragmentada e ainda mais complexificada que participa direta ou indiretamente da lógica destrutiva do capital.

Tal compreensão dialoga com a ideia de que ampliar a concepção de trabalho para algo mais abrangente e totalizante, implica assumir a crise que vem passando o movimento operário que acompanha a crise estrutural do capitalismo, uma vez que a figura do proletariado fabril estável passou por uma reconfiguração, transformando-se numa espécie de “proletariado flexível” – em face à típica composição toyotista.

Para além dessa dimensão faz-se importante acrescentar que, ainda há o fato de que a maior parte da força de trabalho encontra-se no interior dos países caracterizados

de Terceiro Mundo, que apontam um ritmo bastante particularizado e diferenciado das vivências presenciadas pelos países centrais. Restringir-se ao centro do mundo, como Alemanha ou França e, partir desse lugar para formular generalizações, criar um sentido universal de trabalho ou da classe trabalhadora, desconsiderando o que se passa em países como Brasil, Índia, China, Argentina, dentre outros é certamente um grande equívoco. A interpretação nesse sentido, deve passar por um rigor mais sistemático uma vez que as realidades dos países periféricos apresentam um caráter multifacetado.

O entendimento da dinâmica que se estabelece na urbanização dos países de Terceiro Mundo é fundamental para compreender como tais áreas cumprem papéis distintos na economia mundial. Essa dependência dos países periféricos ao ser incorporada ao sistema capitalista produz a condição de periferia no sistema. Além disso, é preciso destacar que há desenvolvimento na periferia, mas é um desenvolvimento contraditório na medida em que convive com uma pobreza extrema. Assim são países que ao mesmo tempo constituem-se por espaços ricos e modernos e espaços pobres e retrógrados (opacos).

A criação do circuito inferior dialoga com a precarização na medida em que se constitui como um subsistema da economia desenvolvida no interior dos países subdesenvolvidos onde há a coexistência de uma massa populacional de rendimentos baixíssimos ao lado de uma minoria de renda muito elevada, conduzindo a um verdadeiro *apartheid* social em que as diferenças qualitativas e quantitativas de consumo mantém em atividade a produção de dois sistemas de produção, distribuição, consumo de bens e serviços.

Há ainda a necessidade de se chamar atenção para o fato que é no circuito inferior onde ocorrem as maiores disparidades sociais, uma vez que há maior concentração de pessoas vivendo em péssimas condições de vida nos mais variados âmbitos. Tomando como foco de análise os supermercados, torna-se interessante ressaltar que eles fazem parte da dinâmica de tal circuito, na medida em que são também espaços de reprodução da precarização do trabalho.

Tendo em vista que a maioria dos empregados nesse setor da economia possui baixa escolaridade, as chances de se tornarem integrantes do exército de reserva é maior ainda por tenderem a migrar para qualquer tipo de trabalho por receio de um longo

período de desemprego. A alta rotatividade dos funcionários torna-se também outro exemplo de que a rede supermercadista opera em comum acordo com a deteriorização do trabalho presente no circuito inferior da economia, já que nesse campo a exploração do trabalhador é feita de maneira intensiva.

Desse modo, os supermercados tornam-se uma das facetas perversas dessa economia. No interior desse ambiente, reside uma parcela de trabalhadores que têm sido preferencialmente absorvidos pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado, objeto de análise no tópico seguinte.

5. Capitalismo contemporâneo: a flexibilização como combustível para a precarização do trabalho feminino

Por meio das exposições anteriores a respeito dos subcircuitos da economia que são essenciais para a manutenção da máquina capitalista torna-se interessante destacar que, o trabalho é um processo de produção do espaço geográfico tendo em vista que mulheres e homens participam da criação de diferentes territórios. Dessa forma, é através do trabalho que os trabalhadores e o capital regulam as relações materiais estabelecidas entre as interações sociais e a natureza em simultaneidade.

Rodrigues (2008) avalia o espaço geográfico como um mediador das relações capitalistas que são estabelecidas no mesmo, dando origem a espaços desiguais e inter-relacionados, com a ajuda da ação do Estado e do capital, gerando um desenvolvimento desigual e combinado. Assim,

[...] o espaço geográfico não é só resultado da produção social, como também da ação da natureza, transformando esse espaço. Assim, tem-se um espaço historicamente resultante da dialética sociedade-natureza. O espaço geográfico é construído e reconstruído na relação sociedade-natureza

(RODRIGUES, 2008, p.131).

Ainda é possível atentar para o fato de que a territorialização é um processo que ocorre quando há apropriação social de um recorte do espaço. Essa “tomada” do território é permeada por relações mediadas por um poder que compõe as regras e normas através do trabalho em suas múltiplas formas de ação: nas técnicas, na comunicação, nos conflitos, historicamente determinados pela sociedade a partir de um grupo dominante.

A partir dessa complexidade abordada, as transformações decorrentes no território ganham nova potência com o fenômeno da terceirização (nova forma de acumulação de riquezas do capitalismo contemporâneo), que passa a ser o “fio-condutor” da entrada das mulheres no mercado formal de trabalho e são pontos importantes a serem levados em conta na análise das mudanças que o mundo do trabalho vem sofrendo, e por consequência refletem também na forma de sua produção.

Como o trabalho é um meio de produção do espaço geográfico é interessante perceber que tal dinâmica estabelece a forma de organização da vida em sociedade na medida em que potencializa a formação de espaços fragmentados que possuem uma função no interior da lógica capitalista de acumulação. Dessa maneira, Albornoz (1992) sobre o conceito de trabalho aborda que

[...] o trabalho é o pressuposto em uma forma que o caracteriza como exclusivamente humano. O trabalho do homem tem uma qualidade específica distinta de um mero labor animal. [...] Na outra ponta do processo de trabalho chegamos ao resultado já existente no início na imaginação do trabalhador. O homem é um ser que antecipa que faz projetos, que se representa mentalmente os produtos de que precisa. Antes da própria atividade, pela imaginação, o homem já contém em si o produto acabado

(ALBORNOZ, 1992, p. 70).

A atividade laboral é, portanto, algo intrínseco ao sujeito que antes de sua execução a idealiza, elaborando mentalmente o esforço de seu trabalho. Incorporando à análise a perspectiva de Milton Santos é interessante perceber que na periferia do capitalismo, a atividade laboral ganha uma nova roupagem e aprofunda a dialética capital-trabalho, visto que a dependência presente nos países periféricos incorporados ao sistema mundial suscita a condição de periferia no sistema.

Isso significa dizer que, esse papel de subordinação acabou contribuindo positivamente com as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, como é o caso da flexibilização associada aos processos de reestruturação produtiva, que caracterizam a chamada terceirização, um fenômeno que evidencia a superexploração do trabalho. As novas formas de contratação que fomentam a criação de novas “categorias” de trabalhadores, como por exemplo, o *home officer* (trabalho em casa, mas que não oferece garantia de direitos trabalhistas) e o emprego intermitente (varia de mês, ano, dia) é ainda mais significativa na periferia do capitalismo, cuja função é ceder mão-de-obra barata para reduzir custos e aumentar a produtividade de multinacionais que aí se instalam.

O mundo do trabalho revela a ambivalência presente na perspectiva feminina: ao mesmo tempo em que as mulheres veem no trabalho a sua emancipação, o mesmo torna-se fonte de precarização. As condições a que são submetidas expressamente

demarcadas pelo patriarcalismo e pela divisão sexual do trabalho naturalizam o componente biológico entre os sexos e determinam a ocupação de homens e mulheres no conjunto das forças produtivas, garantindo a essas últimas os piores postos de trabalho.

O processo de reestruturação produtiva potencializou as formas contemporâneas de acumulação capitalista ao se apoiar na precarização do trabalho feminino. Em resposta a crise estrutural imposta pelo modelo de acumulação baseado no fordismo/taylorismo, deu-se início ao reordenamento do capital e de seu sistema ideológico e político baseado no neoliberalismo, sem modificações profundas, uma vez que manteve sua base de acumulação (classe trabalhadora). O que ocorreu, portanto foi a transição do modelo de produção fordista/taylorista para outra forma – acumulação flexível – o então chamado toyotismo¹.

Assim, procurando alternativas para desvencilhar-se da crise, o capital difunde seu arsenal composto de intensas transformações no espaço, que vão desde a gestão organizacional até o avanço tecnológico. O toyotismo se baseia numa ideia falseada de “participação” dos trabalhadores configurada num modelo de trabalhador engajado e disposto a atender os objetivos da empresa. Além disso, se apóia na desconcentração produtiva, isto é na terceirização. E, nesse projeto “amistoso” de capital-trabalho, intensifica a alienação do que se produz e para quem se produz, apostando na regra da diminuição do contingente da força de trabalho e aumento dos níveis de produtividade. A reorganização financeira, a divisão dos mercados e a volatilidade do capital são alguns dos fatores que aprofundaram a exploração da classe trabalhadora, uma vez que o trabalho estável deu lugar a formas precarizadas do trabalho traduzidas no formato de trabalho parcial, temporário, terceirizado e informal.

Essas inúmeras práticas de flexibilização são fundamentais para a análise dos movimentos do capital sobre o espaço que acentuaram a diversificação na divisão social do trabalho e acarretaram danos gravíssimos a classe trabalhadora. Fragmentado a perspectiva sobre a classe trabalhadora é importante questionar: a classe trabalhadora

¹ Modelo de organização de trabalho que surgiu no pós-45 e que apresenta como características: melhor aproveitamento na produção (“just-in-time”), produção combinada entre fornecedores, produtores e compradores, mão-de-obra qualificada e multifuncional e aumento de produção e qualidade (esta última expressada pela menor durabilidade dos produtos, quanto maior o nível de sofisticação) e menor desperdício.

como um todo é afetada? E ao fazermos um recorte? Mulheres e homens são prejudicados em igual intensidade?

A nova modalidade do capitalismo parece ter encontrado na flexibilização e na precariedade uma nova forma de se reinventar. No interior dessa dinâmica, o trabalho torna-se um elemento de instabilidade, principalmente ao analisar da perspectiva feminina. O trabalho em tempo parcial, a necessidade em se ter mais de uma ocupação para suprir a carência salarial, revela para esta categoria a deteriorização cada vez maior de sua força produtiva. Harvey (1992) aponta que nesse contexto de flexibilização

As novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago

(HARVEY apud CARLOTO, 2008, p.6).

O deslocamento em marcha do capital sobre o território delimita seus meios de atuação para sofisticar seus métodos de acumular riquezas. Apresenta-se também como um fenômeno geográfico, uma vez que necessita de uma fixação no espaço para difundir suas técnicas de acumulação e, aliado a informação, amplia a distribuição dos recursos geograficamente localizados no espaço. Dessa forma, as relações capitalistas que se estabelecem na compartimentação das trabalhadoras e trabalhadores dos meios de produção, acentua o processo de alienação do trabalho, no qual transmite uma liberdade falseada mantendo o círculo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que contribui para a divisão social do trabalho.

Expressamente acentuado nos países periféricos, a superexploração do trabalho é condição primordial para o capitalismo global, se comparado às demais regiões do Globo. Assim, as novas formas de inserção no mercado vieram acompanhadas pela desqualificação e precarização da realização da atividade laboral e, portanto, potencializou processo da divisão sexual do trabalho. Nesse contexto, o sexo biológico torna-se um fator determinante na constituição da força de trabalho centrando sua dinâmica na categoria historicamente construída para constituir a mão-de-obra menos reivindicativa e submissa.

As mulheres, de maneira geral, sempre fizeram parte da periferia do mercado de trabalho, isto é, sua atividade laboral foi caracterizada pela precariedade e, apresenta-se continuamente desvalorizado, uma vez que absorve resquícios do espaço privado. A respeito desse aspecto, Haug (2006) elucida uma perspectiva fundamental ao considerar que as relações de gênero são também relações de produção, na medida em que o núcleo familiar é o início para a divisão do trabalho e estende-se para a fábrica, nascendo assim, o trabalho doméstico e o trabalho assalariado.

É de fundamental importância, portanto, atentar-se para o fato de que a questão de gênero se cristaliza no âmbito das relações sociais e é constantemente modelada no interior do processo produtivo, na medida em que a entrada da mulher no mercado de trabalho e a conseqüente desvalorização da sua força de trabalho, mantém ativa a lógica exploratória para com essa categoria. Isso leva à constatação de que: “O entrelaçado da exploração capitalista e uma específica divisão do trabalho em relações de gênero históricas mostram que entre outros tipos de opressão, a produção capitalista se apóia na opressão da mulher” (HAUG, 2006, p. 350).

Por meio da assertiva exposta acima é possível afirmar que as mulheres são a força de trabalho duplamente explorada pelo capital, visto que no ambiente privado lhes são destinadas as tarefas de sua “natureza”, enquanto no público, sua força produtiva é barateada. Apesar da entrada no mercado de trabalho - saída do privado e incorporação no espaço público - apresentar-se como uma vitória histórica significativa às mulheres, do ponto de vista da emancipação econômica e participarem ativamente da produção, a divisão social e sexual do trabalho é um elemento que marca presença nas relações capitalistas e nas estruturas o patriarcado, uma vez que as interações estabelecidas entre homens e mulheres confinaram estas últimas à esfera reprodutiva, às funções de menor valor social e, os homens, à esfera de maior prestígio social.

Nogueira (2006) enfatiza a importância do uso do termo divisão sexual do trabalho, este

[...] deve ser compreendido como uma conceitualização na qual “as situações dos homens e das mulheres não são o produto de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais”. Isso porque “homens e mulheres são mais que uma coleção de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo”. Enquanto tal, as relações sociais de sexo, “como todas as relações sociais, tem uma base material”, dada pelo “trabalho, e se

expressam através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamado, de forma mais concisa: divisão sexual do trabalho”

(NOGUEIRA, 2006, p. 16).

Nesse sentido, a constituição da família, mais especificamente da família burguesa tradicional, impulsiona o controle do proletário através da figura da mulher. Mas isso não significa dizer que ela exerce uma espécie de controle sobre o homem. Na verdade, ela passa por estágios de “docilização”, na medida em que lhe é atribuída características que passam a ser incorporadas através de uma série de dispositivos, tais como, a subserviência, a sujeição, a partir da imposição sobre o modo de falar, de vestir, de se portar etc. Dessa forma, através dessa série de características que lhe são inculcadas, acaba sendo transformada em “dona-de-casa”, disciplinadora, serva, uma vez que o seu papel social é o cuidado com o marido, com os filhos e com a casa. Assim, também acaba sendo de sua responsabilidade construir o “novo homem”, disciplinado, focado na e pela produção.

Não obstante, Silvia Federici (2004) em *Calibã e a Bruxa*, no que concerne a desvalorização do trabalho feminino aponta a criminalização do controle das mulheres sobre a procriação, para além dos efeitos causados nas mulheres, uma nova forma de organização capitalista do trabalho. Dessa forma, a expropriação dos saberes das mulheres a respeito dos métodos contraceptivos, que durante a Idade Média resumiam-se basicamente em ervas, tirava-lhes a autonomia em relação ao nascimento dos filhos.

Ao negar o controle sobre seus próprios corpos, o Estado privou as mulheres de sua condição fundamental: direito à integridade física e psicológica, reduzindo a maternidade à condição de um trabalho forçado e as mulheres ao trabalho reprodutivo. Entretanto, a procriação forçada era um método parcial da nova divisão sexual do trabalho. O complemento foi resumir as mulheres a não trabalhadoras. Tal processo partia do pressuposto de que elas não deveriam trabalhar fora de casa e a sua participação na produção era apenas parcial, para ajudar seus maridos. Assim, qualquer trabalho realizado por mulheres em casa era considerado “não trabalho”, não possuía valor, mesmo quando voltado para o mercado (Wiesner, 1993, p. 83).

A partir das colocações desenvolvidas ao longo dos parágrafos é possível perceber que o gênero como fator de divisão é, portanto, a ferramenta utilizada pela

lógica capitalista para direcionar os afazeres domésticos como responsabilidade intrínseca das mulheres, mesmo elas exercendo uma atividade remunerada. Ainda é interessante salientar que, mesmo que a atividade doméstica não seja remunerada ela é considerada uma forma de trabalho. Como o gênero é um artifício para controlar a produção e reprodução do capital, a assimetria presente na divisão sexual do trabalho é o elemento central para a manutenção das relações de poder. Ao se reduzir a categoria “gênero” para o sexo biológico automaticamente as construções históricas remetem ao destino “natural” das espécies.

Discorrer sobre a divisão sexual do trabalho é muito mais do que constatar a presença das diferenças entre homem e mulher na sociedade contemporânea. Em grande medida, é articular uma análise do real com uma reflexão sobre o processo, ou seja, o conjunto de elementos existentes nas especificidades de gênero e utilizados pela sociedade capitalista para controlar a hierarquização do modo de produção e reprodução do capital. A desigualdade na divisão sexual do trabalho nas esferas produtivas e reprodutivas, portanto, é central para as relações de poder, principalmente o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente na estrutura da família patriarcal

(NOGUEIRA, 2006, p. 28-29).

A compreensão de que a opressão que recai sobre as mulheres é fruto de uma estrutura que se consolida nas mais distintas esferas – institucional, patrimonial são alguns dos exemplos - se faz imprescindível para entender como até na modernidade, mesmo com alguns avanços no campo dos direitos, como por exemplo, o voto e o divórcio, ainda se configuram desigualdades seja no campo privado, seja no público que atingem os corpos femininos e se recriam em distintas facetas para ampliar ainda mais a diferenciação dos sexos.

Entender as complexidades que se constroem no campo do debate sobre gênero é fundamental para assimilar que o trabalho realizado pelas mulheres no mundo trabalho é resultado da experiência de assimilação do que é “ser mulher”, construída desde a etapa da infância, sendo a subalternidade, uma das características. A constituição do ser subalterno torna-se uma etapa importante na construção do ser feminino.

6. O trabalho feminino encontra subalternidade nos dois circuitos econômicos

Por meio das premissas ao longo do parágrafo desenvolvidas é interessante incorporar que análise dos circuitos econômicos propõe uma visão geral da exploração que atinge as pessoas inseridas no chamado “Terceiro Mundo”, sem especificar seus sujeitos. A economia moderna, multifacetada, isto é, globalizada se insere de forma impositiva nos países, mas ao mesmo tempo opera de maneira diferenciada quando vista à luz dos países subdesenvolvidos. No que tange ao circuito inferior, tal pólo marginal da economia (QUIJANO,1971, p. 318), as atividades que se desenvolvem são expressas de maneira subalternizadas e precarizadas.

Sendo o comércio varejista, uma das grandes apostas do capitalismo – introduzido pela acumulação flexível, a economia expande-se e se torna mundializada. Desse processo, acarretaram distintas consequências, dentre as quais, pode-se citar o trabalho precarizado, que acabou por fixar a figura feminina num papel de subordinação. Isso significa dizer que o capital acabou por encontrar vantagens na polivalência e multiatividade do trabalho feminino, projetando sua função reprodutiva na esfera da produção.

Nesse sentido, a precarização tem como uma de suas facetas a forma como é desempenhado o trabalho e também como se constrói a ideia do que viria a ser o “trabalho feminino” e o “trabalho masculino”, criando, assim, condições em que a trabalhadora ou trabalhador exerce determinada atividade, de acordo com o gênero. Como o capitalismo visa extrair ao máximo a produtividade, enxerga na exploração da mão-de-obra a solução para tal feito, precarizando assim, o trabalho. Atrelando a perspectiva de gênero a questão da produtividade, é possível verificar que a organização do mundo do trabalho, que conseqüentemente constituiu-se a divisão sexual do trabalho, reservou às mulheres ambiente específicos nos quais se caracterizam pela inferioridade hierárquica, salários inferiores e por atividades adaptadas as suas capacidades inatas (NOGUEIRA, 2004, p. 18).

A criação de espaços de trabalho e profissão exclusiva para as mulheres torna-se estratégico para o modo de produção capitalista, que ao produzir distinções entre o “trabalho do homem” e o “trabalho da mulher”, acentuam as desigualdades que se verificam em tais sujeitos, contribuindo para a hierarquização das figuras masculina e

feminina, persistindo de maneira perversa através de um processo “natural” ligado a essência das espécies.

Assim, a mulher é construída a partir do olhar masculino, por isso torna-se sua oposição, o Outro, conforme apontado por Beauvior (1979), o corpo e a identidade feminina são ao mesmo tempo confinados à sua condição fisiológica e social e como objetos forjados pelo olhar masculino. Isso significa dizer que, a cultura sexista como uma extensão do patriarcado, produzem sujeitos “educadas e educados para serem diferentes e incapazes física e intelectualmente de realizar as mesmas atividades laborais e possuir valores distintos para o mundo do trabalho.” (CARDOSO, 2015, p.36)

É nessa relação trabalho – economia – precarização que é circunscrita a insubordinação feminina que, embora analisada à luz da inferioridade é responsável pela produção e reprodução do espaço que se constrói desigualmente, embora a ideia que concretize é ainda pontuada por um viés da neutralidade que em nada nutre o abstrato, tornando-se antes de tudo, segregador.

Utilizando uma de suas várias facetas, o capitalismo se retroalimenta da pobreza para produzir cada vez mais riqueza para sustentar e manter sua acumulação. E, para validar seu domínio fez uso contínuo do corpo feminino para atuar no exercício da reprodução social. Assim, a esfera doméstica passa a ser o lócus da subordinação feminina e a mulher vivencia a experiência do trabalho por meio da articulação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo (considerado um “não-trabalho”, uma tarefa considerada natural de toda mulher) e, na tentativa de conciliar tais esferas acabam exercendo atividades informais, irregulares, fato que contribui para sua precarização.

De acordo com o trabalho desenvolvido por Luana Pinheiro e Marcelo Medeiros (2019), intitulado “Desigualdades de gênero em trabalho pago e não pago no Brasil: uma análise das distribuições de tempo de homens e mulheres entre 2001 e 2015”, discute que embora a dinâmica das relações de trabalho tenha passado por um processo de transformação, levando em conta que no Brasil a segunda metade do século XX foi demarcada pelo aumento expressivo de mulheres no mercado de trabalho, as hierarquias de poder ainda se perpetuam. Mesmo que o mundo público tenha passado por um processo de redistribuição, o espaço doméstico parece uma constante imutável. Isso

significa dizer que, a divisão sexual do trabalho se flexibilizou ao longo das décadas, mas o funcionamento de seu sistema segue a todo vapor.

As análises desempenhadas por tais autores dizem respeito à divisão dos sexos que são avaliadas a partir do tempo total de trabalho para identificar em que medida as diferenças de gênero no que concerne as jornadas de trabalho pago e não pago contribuem para a conformação de um quadro no qual persistem as desigualdades e a sobrecarga do trabalho feminino (IPEA, 2019, p.2). Expressando tais assertivas em números, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) em 2015², a partir da observação da população de casais³, com idades entre 18 e 65 anos, a média de trabalho feminino é computada em 46,7 horas por semana em atividades que oscilam entre o trabalho pago e não pago e, em contrapartida, a população masculina possui uma média de 42,7 horas por semana (as mulheres dispõem de 4 horas a mais de trabalho).

TABELA 1

Decomposição dos tempos médios de trabalho entre efeitos de incidência e duração, segundo sexo da população em casais – Brasil (2015)

(Em horas por semana)

Sexo	Média trabalho total	Doméstico			Pago		
		Incidência (p _i)	* Duração (μ _i)	+	Incidência (p _j)	* Duração (μ _j)	+
Masculino	42,74	= 0,558	* 10,4	+	0,857	* 43,1	+
			5,80	+	36,94		
Feminino	46,71	= 0,956	* 26,9	+	0,569	* 36,9	+
			25,72	+	21,00		
Total	44,69	= 0,757	* 20,8	+	0,713	* 40,6	+
			15,75	+	28,95		

Fonte: PNAD Anual/IBGE.
Elaboração dos autores.

Conforme pode ser verificado pela Tabela 1, o tempo total de trabalho não se refere apenas as jornadas de trabalho específico, mas também a participação. Dessa forma, há um desequilíbrio no que se refere à composição total de trabalho para homens e para mulheres. Ainda é válido ressaltar que, na vida pública há maior proporção de

² A análise compreende o período entre 2001, primeiro ano da PNAD no recolhimento de informações a respeito dos “afazeres domésticos” e 2015, último ano de análise em campo da PNAD.

³ A pesquisa optou por trabalhar com casais compostos por homens e mulheres em união (formal ou não), uma vez que os estudos tendem a apontar que a esfera do casamento produz relações assimétricas, atravessadas pelo paradigma da heteronormatividade, responsável pela conformação de papéis sociais designados a cada indivíduo do par conjugal, conferindo a mulher uma sobrecarga de trabalho, na medida em que a atividade doméstica é considerada um “não trabalho”.

homens trabalhando no mercado, com jornada maior que a das mulheres, correspondendo a um total maior que 80%, segundo a PNAD em 2015 (IPEA, 2019, p.2). Em contraste, no campo privado, isto é, o trabalho doméstico (não pago) possui maior atuação feminina, acrescido por um tempo de duração maior. O cenário que se constrói para as mulheres aponta que a composição total de trabalho do sexo feminino é compreendida pela junção entre trabalho não pago e pago (em médias, correspondem, respectivamente, 25, 72 e 21, 00; praticamente a mesma parcela).

Revela-se, assim, um acúmulo de trabalho, diametralmente desigual para as mulheres, correspondendo à chamada dupla jornada de trabalho. A divisão sexual do trabalho direciona, portanto, para uma assimetria de homens e mulheres na participação das atividades remuneradas ou não. É justamente essas desigualdades que circunscrevem a incidência e duração dos tipos específicos das jornadas de trabalho que evidenciam a sobrecarga do trabalho feminino.

Ainda há relevância em se citar que além de cumprirem a dupla jornada de trabalho e serem destaque na desigualdade salarial, as mulheres também ocupam o espaço da maioria entre os desempregados no Brasil. Enquanto o rendimento habitual médio mensal das mulheres é de 1.764 reais, os homens ganham 2.036 (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016). Em dados estatísticos disponibilizados pela Revista Gênero e Número, utilizando dados do PNAD 2017, no final desse mesmo ano, 13,4% do total de mulheres em idade de trabalhar estavam desempregadas, enquanto 10,5% dos homens estavam na mesma situação. A partir do recorte feito pelo IBGE, no final de 2017, os homens ganhavam média R\$ 2.476, contra R\$ 1.884 das mulheres, o que significa uma diferença de 23,9% a mais no rendimento deles. Em contraposição, em relação ao crescimento da renda, no período de 2012 a 2017, as mulheres superaram no quesito renda em relação aos homens: enquanto aumentaram 9,2%, a deles subiu 6,6%.

A falta de tempo para a especialização por conta da sobrecarga do trabalho doméstico (ainda visto com um “não trabalho”) é um outro fator apontado para a disparidade salarial existente entre homens e mulheres, impedindo essas últimas de ascenderem profissionalmente. Enquadram-se como maioria no cenário da precarização neste tipo de economia, pois seu trabalho é estigmatizado, lido como subalterno. Nas corporações há uma clara relação de gênero uma vez que as empresas dão preferência

aos homens, se utilizando da prerrogativa de que mulheres podem engravidar, ou já podem ter filhos, que futuramente viriam a gerar gastos excessivos nas firmas.

Levando em conta as assimetrias que são produzidas e reproduzidas em relação ao mercado de trabalho, no que tange aos dois circuitos da economia é possível apontar algumas questões: O que são os circuitos? A quem servem? Como deslocar a análise realizada nos anos 70 por Milton Santos para os dias de hoje? Milton Santos ao fazer sua análise concebeu a categoria gênero como instrumento delimitador das dinâmicas do trabalho e da economia? A própria Geografia se propõe a entender “gênero” como elemento que se desloca nas relações espaciais, uma vez que envolve relações de poder a partir da categorização de sujeitos que são construídos para exercerem papéis sociais específicos, isto é, varia se o corpo for masculino ou feminino?

A Teoria dos Circuitos proposta por Milton Santos permite identificar que a cidade, além de ser uma máquina viva, isto é, um organismo que não é estático cujo funcionamento é impulsionado através de reações externas com outras cidades. Nos países subdesenvolvidos a dinâmica se complexifica, pois ela é subordinada aos interesses do mercado internacional, uma vez que se desenvolve na periferia do capitalismo. Assim, no interior do sistema urbano dos países periféricos é possível perceber que há a existência de dois subsistemas nomeados de “circuito superior” e “circuito inferior” (Santos, 1971), categorias que não são fixas na medida em que estão em constante processo de transformação.

Enquanto o que se destaca no circuito superior é a sua forma de organização e comportamento, o circuito inferior é produto da modernização, mas está em constante processo de transformação já que seu abastecimento é oriundo direta ou indiretamente do setor moderno da economia. Além disso, enquanto o circuito superior é constituído pelo capital intensivo, no circuito inferior o trabalho intensivo é o elemento norteador dessa dinâmica. Nesse sentido, é interessante apontar que definir os subsistemas somente pelos elementos que os compõem é insuficiente para avaliar a dinâmica que se concentra no interior de cada subsistema, como também na dialética que se difunde entre os mesmos. Dessa forma, cada subcircuito se define por: 1) o conjunto das atividades realizadas em certo contexto e 2) o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo (SANTOS, 1971).

Ao apontar as variáveis que circundam tais subsistemas, Santos (1971) pontua que existe uma diferença primordial nesse dinamismo: a classe. Isto significa dizer que, enquanto o consumo das camadas médias se desloca tanto das classes mais abastecidas quanto as classes menos favorecidas, em contrapartida, os sujeitos que fazem parte do circuito inferior não compõem a força de trabalho exclusiva desse circuito, uma vez que vendem ocasionalmente ou temporariamente sua força de trabalho no circuito superior.

As assimetrias que se constroem e fundem os subsistemas da economia permitem conduzir a uma interrogativa: Como adaptar a análise realizada por Milton Santos nos anos 70 para os dias de hoje? A economia circunda somente pelo campo da categoria “classe”?

A análise realizada por Milton Santos a respeito da dinâmica da economia nos países subdesenvolvidos traz ricas contribuições no que concernem as desigualdades presentes na periferia do capitalismo. Tal modelo de produção produz inúmeras assimetrias no espaço e contribui para a formação de um sistema econômico que traz vantagens para as classes abastadas, enquanto aumenta as disparidades das classes menos favorecidas. A corrida incansável das indústrias para aumentar o consumo de massa e a diversificação das mercadorias, causam além de um acesso restrito, empregos cada vez mais “débeis” ou a falta deles.

Tais tensionamentos presentes nas relações espaciais que conformam o atual modelo de crescimento econômico, produzem o circuito inferior da economia. Barros de Castro (1971, p.113-114) aponta que, “a produção das indústrias dinâmicas aumenta mais depressa que a das indústrias ditas estagnantes, e as primeiras se dedicam a produzir de um lado, para a exportação e, de outro, para a classe rica, muito mais que para as camadas menos favorecidas”. Dessa forma as disparidades advindas do sistema capitalista reforça a consolidação da pobreza que, segundo Santos (1971) é histórica e espacialmente construída.

Do ponto de vista do trabalho, as condições tornam-se profundamente deficitárias, visto que com a implantação de empresas multinacionais nos países subdesenvolvidos estas empregam mão-de-obra qualificada para administrar as estruturas altamente tecnológicas, enquanto dependem também da força de trabalho

barateada oriunda do circuito inferior para aumentar seus lucros e diminuir seus gastos já que não se comprometem com os direitos trabalhistas.

A contemporaneidade e a evolução da globalização contribuíram, em certa medida, para o aperfeiçoamento do capitalismo que se tornou cada vez mais sofisticado na medida em que o seu modo de produção foi essencialmente reformulado com a absorção de uma nova ferramenta de organização do mundo trabalho. A compartimentação das funções econômicas dos países – divididos em desenvolvidos e não desenvolvidos oriunda desse novo modelo de acumulação de riquezas desmantelou também a relação do sujeito com o trabalho (que se tornou profundamente compulsório) e intensificou as assimetrias entre os indivíduos.

Santos (1971) ao apontar que nos países subdesenvolvidos há a manifestação de dois subsistemas que giram em torno da economia e, que em certa medida alimentam o mercado internacional, por sua condição periférica, conferiu mais ênfase na categoria “classe”. Ao colocar em evidência a questão classista, contribuiu para o apagamento de uma categoria fundamental para o aprofundamento de sua teoria: gênero.

O gênero assume papel imprescindível na avaliação da problemática que envolvem o espaço urbano e sua dinâmica, uma vez que as experiências presentes no cotidiano são sentidas de maneira diferenciada por mulheres e homens. Nesse sentido, “mulheres” apresentam uma forma particular de exploração, além de assumirem importância nas relações capitalistas, uma vez que elas produzem o alicerce fundamental para tal mecanismo: a força de trabalho.

Sendo a linguagem também um instrumento de poder e, portanto, que dispõem de mecanismos hierárquicos, Moraes (2008) aponta que o sexismo também está presente nesse canal de comunicação através da utilização de palavras e expressões masculinas que se sobressaem às femininas, como é o caso de palavras como trabalhadores, alunos, professores, sem a identificação de qual sujeito (ou seria sujeita?) se expressa em determinada situação.

Não obstante, é possível identificar que a linguagem utilizada por Santos (1971) não permite uma avaliação eficaz de como o trabalho se apresenta para o campo feminino, visto que os símbolos sinalizados pelo autor falam a partir de um rigor acadêmico, que ainda não abre espaço para outros formatos de escrita – uma visão da

neutralidade – compostos por palavras e expressões masculinas que não dão conta de abarcar a realidade do mundo do trabalho que suprime o valor do trabalho feminino, ainda visto como de menor prestígio.

É dentro dessas perspectivas que é possível salientar a generalidade teórica de Milton Santos no que tange o aspecto trabalho em sua obra. Ao traçar o perfil do trabalhador do circuito inferior, ou seja, é aquele que ocupa postos de emprego considerados mal remunerados, trata dos trabalhadores de maneira abstrata, considerando que os indivíduos são submetidos às práticas de exploração capitalista de maneira igual, de uma forma equiparada à ideia de homem como uma categoria “universal”. Essa lógica de pensamento é perigosa visto que naturaliza o papel social exercido pelas mulheres, que acabam sendo confinadas ao campo do cuidado, da paciência, da submissão e do “instinto maternal”, como é o caso da passagem na questão do trabalho em casa conforme apontado por Santos (1971, p.217): “As mulheres comerciantes podem ter ao mesmo tempo outras atividades, como a de costureira, de lavadeira e sobretudo de mãe de família.”

A partir dessa afirmativa, faz-se interessante apontar que, no interior dessa superexploração exercida pelo capital nos países periféricos se manifestam as relações de gênero, uma vez que ao ser incorporada no mercado de trabalho é conferida à mulher a desvalorização de sua força produtiva. Isso significa dizer que, ao se deslocar do ambiente privado no qual foi confinada a realizar os “afazeres domésticos” – produto de construções históricas culturalmente desenvolvidas – para o espaço público, o menosprezo do seu trabalho deslocou-se para o interior da organização do trabalho e, portanto “fixou” a mulher como a categoria de menor prestígio social, contribuindo assim, para a sua precarização.

Por essa perspectiva, ainda que as mulheres de baixa renda e que, por sua vez possuem menor escolaridade estejam mais vulneráveis as prerrogativas do capital é válido apontar que as mulheres que participam ativamente do mercado de trabalho, com nível escolar mais alto também estão à mercê das desigualdades que se desenvolvem a partir das categorias de sexo e de gênero. A escolarização feminina, um dos grandes avanços sociais do último século, embora tenha ampliado o universo de escolhas, isto é, a entrada da mulher na universidade “desestabiliza” o ser mulher - enquanto categoria

“natural”, reservado ao campo da emoção e passividade – ainda encontra barreiras em relação às questões trabalhistas. De acordo com análises do IBGE, no quesito educação, a população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo em 2016, as mulheres ocupam o grupo de maior formação 23,5%, enquanto os homens chegam na margem de 20,3% (IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016).

No outro lado da balança, reside as mulheres que circunscrevem o espaço do mundo corporativo e os números não surpreendem mais que os postos de trabalho mais inferiores, pelo contrário, revela-se que tanto no circuito inferior quanto no circuito superior, a mulher possui sua mão-de-obra desvalorizada. Segundo dados da Revista Gênero e número, apenas um em cada 10 cargos de gerência executiva nas empresas brasileiras de capital aberto é ocupado por mulheres. A partir de um levantamento realizado pela agência Volt Data Lab, no período de abril e maio de 2017, em mais de 400 empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), somente 215 cargos de alta gerência executiva (diretoria ou vice-presidência), dentre 2.043 verificados, são preenchidos por mulheres — meros 10,5%. Apenas 17 das empresas (4,4%) apresentam mulheres como chefes-executivas (CEOs, na sigla em inglês). Dessas, algumas ocupam a presidência em mais de uma empresa do mesmo grupo, e o número total de mulheres CEOs cai para 12.

Quando comparado aos países nórdicos, o Brasil fica a desejar ao passo que tais países apresentam alta participação feminina em Conselhos – Noruega (40,5%), Suécia (27,5%), Finlândia (26,8%) e Dinamarca (17,2%). Para piorar o quadro, um levantamento realizado em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) não se diferencia dos dados de 2017. A conquista tardia de direitos, bem como alguns entraves sociais- como a ideia de que a maternidade diminui a produtividade da mulher – contribuem para reforçar o predomínio masculino no ambiente corporativo. Entretanto é possível salientar que a diversidade nos cargos de liderança permite a eficácia da tomada de decisões, isto é, a probabilidade atinge um percentual maior que

15% de retorno financeiro, acima da média do setor em que atuam, de acordo com pesquisa realizada em 2015 pela consultoria McKinsey.⁴

Embora o contingente das mulheres tenha se elevado em praticamente todos os cursos universitários, além da relação com a entrada precoce de homens no mercado de trabalho (ideia tradicional do homem como o “provedor”) provocando uma trajetória escolar irregular, quando são observados os avanços femininos no mercado de trabalho, as estatísticas se invertem. Há uma profunda distância em relação aos rendimentos quando comparadas a população masculina.

Através dos dados acima elucidados, por meio de um olhar para o segmento mais elitizado das mulheres – que teoricamente estaria mais apto ocupar cargos de maior prestígio e poder no mercado de trabalho – o acesso feminino a postos de comandos ainda é problemático. Há que se constatar que a precarização reside nas duas esferas do circuito. O que se verifica é que não existe uma relação direta entre participação econômica da mulher e a igualdade de gênero, conforme apontado por Valenzuela (1998), em termos de Brasil.

⁴ Empresa norte-americana líder em consultoria desenvolveu um artigo em janeiro de 2015, intitulado *Why diversity Matters*, escrito por Vivian Hunt, Dennis Layton e Sara Prince.

7. Precarização do trabalho feminino no setor varejista

O mundo do trabalho parece revelar o que há de ruim na estrutura familiar. Não querendo aproximar de um “ataque à família”, como diriam os bons conservadores, mas de expor uma desigualdade, que num primeiro momento parece particular, mas que na verdade é copiado pelo mundo de fora, o público. Diante desse jogo dialético privado x público, nas últimas décadas há uma expressiva participação das mulheres no mercado de trabalho, mas ainda é possível destacar que estas estão à mercê da desigualdade ocupacional, seja ela referente à classe, gênero ou raça.

Isso significa dizer que há uma concentração da população feminina em cargos socialmente construídos para “serem de mulher”, e portanto profissões como: atendentes de loja, garçonetes, caixas de supermercado etc são responsáveis por reforçar os estereótipos que são construídos para pertencer ao universo feminino. Na maioria das vezes, esses postos de trabalho exigem pouca ou nenhuma qualificação, são mal remunerados, com uma organização de trabalho rígida, além de condições de execução cada vez mais deploráveis.

Dado esse conjunto de características, se faz necessário apontar que a dinâmica do assalariamento feminino passa pela precarização de seu trabalho⁵ e a concentração de mulheres no ramo de serviços faz reforçar a ambiguidade que se apresenta na composição sexuada – divisão de atividades determinadas a partir do sexo – do trabalho, já que as mulheres nos últimos trinta anos marcaram uma presença assídua e massiva no trabalho assalariado (HIRATA, 2002). Analisar a dinâmica do comércio varejista, sobretudo as atividades desenvolvidas pelas operadoras de caixa é a proposta desse capítulo.

Antes de realizar uma abordagem referente a essas trabalhadoras, convém apontar que o setor de serviços apresenta heterogeneidade em relação às atividades que

⁵ Helena Hirata (2009) aponta indicadores que caracterizam o trabalho precário: 1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne à atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras, etc.); 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário; 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a consequente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego.

são absorvidas pelo mesmo. Dada sua dimensão, Tiffon (2013) aponta que tudo aquilo que não é agrícola ou industrial acaba sendo comumente considerado pertencente ao setor terciário. Essa definição passou por uma redefinição, até que em 1950, passa a ser chamado de “serviços” (SAMBATTI & RISSATO, 2003). Apesar das amplas definições, existe uma característica que se aproxima da dimensão que abarca o setor de serviços: a interação entre o prestador e o usuário de serviços (cliente). Esse diferencial diverge das relações de produção que se dão na indústria, já que o cliente é o ator decisivo.

O setor de serviços atualmente é o que possui maior inserção e formalização da força de trabalho por meio da carteira assinada, mas é interessante apontar que mesmo que haja essa maior incorporação de pessoas nesse setor, não significa dizer que as relações trabalhistas são satisfatórias. Isso porque do ponto de vista da qualificação profissional e a estabilidade no emprego, a formalização do contrato de trabalho não significou melhorias das condições dos empregados, pelo contrário, a flexibilização das empresas além de contar com baixos salários, foi absorvida a alta rotatividade, que permite a substituição da força de trabalho e um vínculo empregatício maleável, na medida em que é pensada a redução de custos com a força de trabalho.

Krein (2007) aponta o caráter flexível do mercado de trabalho, que dá liberdade ao patrão para romper com o funcionário o contrato trabalhista, conformando um campo de admissões e demissões contínuas, visto que a substituição do empregado de um lado é uma constante que contribui para o fortalecimento ainda maior da precariedade do serviço prestado – este, vigorosamente reforçado por uma política neoliberal – solidificando o poderio das empresas que lucram a acumulam riquezas por meio da desestruturação da organização das atividades remuneradas e, por outro, do trabalhador, que dadas as conjunturas da organização do trabalho, por receio de um desemprego prolongado, acaba se submetendo a baixos salários e à informalidade. Portanto, entre avanços e retrocessos, o setor de serviços ampliou a oferta de emprego ao passo que fomentou a maleabilidade do contrato de trabalho e, acabou por concentrar um sistema marcado por uma ocupação periférica, delimitado por pessoas que fazem parte dessa dinâmica assimétrica: as assalariadas.

A partir das reflexões acima expostas é possível perceber que há uma relação intrínseca entre o setor de serviços na medida em que, com o processo de assalariamento feminino, e consequente expansão da economia, o lugar social ocupado pelas mulheres no mundo trabalho tornou-se o reflexo do trabalho exercido por elas no interior da casa. Isso significa dizer que os atributos considerados como parte do ser feminino foi essencial para a padronização do trabalho que seria exercido por mulheres, contando com a baixa qualificação profissional. Tais características seriam a paciência e a concentração prolongada no trabalho, o que as difere dos homens, vantajosas para as atividades comerciais (BESSE, 1999).

Outro elemento identificado como um fator de maior incorporação feminina nesse setor é a capacidade das mulheres nas interações sociais, considerados como atributos que são inerentes à natureza feminina, cujo aspecto será analisado a partir das discussões a respeito das operadoras de caixas. No âmbito do panorama descrito a respeito do setor de serviços, cabe retratar a formação do ramo de comércio varejista de super/hipermercados na tentativa de compreender como opera a dinâmica desse setor e as complexidades que se desenvolvem a partir de sua dialética de execução.

O comércio varejista de supermercados nasce como resultado do desenvolvimento e complexificação das transações comerciais ao longo do tempo a partir das relações capitalistas. Os Estados Unidos são os pioneiros nas primeiras décadas do século XX dessa arquitetura mercantil que tinha por objetivo reunir os gêneros alimentícios que anteriormente eram vendidos de forma separada e especializada. Dessa forma é importante ressaltar que o supermercado⁶ tem base do modelo de autosserviço e se dispõe a partir de mercadorias e operadores de caixa.

Difere-se de hipermercado que é pensado a partir de uma perspectiva francesa que importa a concepção norte – americana de supermercado, e caracteriza-se por ser uma rede maior do comércio varejista, localizado em centros de grande circulação e acesso facilitado, além de contar com variedades de produtos para além de alimentos, ofertando outros tipos de produtos e serviços, como por exemplo, eletrônicos, têxtil,

⁶ Abílio Diniz categoriza que na área de venda, além das caixas registradoras há a composição de cinco seções: mercearia, carnes, frutas e verduras, frios e laticínios, e utilidades domésticas.

informática, entre outros (FRANÇA JUNIOR, 2008; GUIMARÃES & CONSONI, 2003).

Para além de uma conceituação, é importante compreender que o supermercado é um dispositivo que se alia ao capital e se torna um aliado inerente a tal sistema, na medida em que contribui para a perpetuação do espaço e expande conseqüentemente, a sociedade de consumo. A partir desse fato depreende-se a ideia de que as cidades são o alvo primordial para a execução de tal setor financeiro já que apresenta uma alta concentração de pessoas, além do fato de que a expansão da sociedade de consumo alimenta a necessidade em se comprar compulsivamente, não dando importância por qual produto adquirir. O local de instalação, o raio de atuação e escape também são aspectos importantes para o sucesso do empreendimento.

Sendo o supermercado um processo espacial de circulação do capital financeiro, torna-se interessante compreender que o espaço geográfico se transforma em um recurso para a reprodução – e acúmulo, simultaneamente – de monopólios empresariais que reforçam o cenário do mundo do trabalho marcado por um método operacional que desenvolve relações profundamente assimétricas entre empregador e empregado, trazendo conseqüências para este último que possui seu trabalho cada vez mais fragmentado pelos impulsos advindos de um esquema capitalista estritamente organizado.

Nesse sentido, compreender como o comércio varejista imputa relações capitalistas precarizadas, implica necessariamente avaliar um pouco do processo de desenvolvimento do comércio varejista e sua introdução no Brasil.

A internacionalização das redes de supermercados é absorvida em função das mudanças de organização e gestão do trabalho oriundas do pós-guerra na tentativa de recuperação das economias mundiais que ansiavam pela expansão de seu comércio e ampliação da rede de consumo. Dessa forma, a nova cultura internacional conforme aponta Harvey (2008) direciona um lastro de novos padrões de consumo impulsionados por uma economia que se vê cada vez mais voltada para o cenário internacional. Em 1990, esse tipo de comércio é introduzido no país a partir da entrada de empresas internacionais do ramo no Brasil e também pela absorção de pequenas e médias

empresas por grandes grupos. O fenômeno supermercadista brasileiro é datado no final da década de 1940.

Outro aspecto interessante a ser citado diz respeito ao faturamento que é altamente concentrado no corpo de cinco empresas que juntas, detêm o total de 59,53%, dessas, três são responsáveis por concentrar 54% do faturamento (equivalente a R\$ 140 bilhões) - Cia. Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar), Carrefour e Walmart – segundo dados de 2014. A exposição de tais porcentagens é essencial na medida em que o *ranking* da Abras⁷ aponta para uma taxa de crescimento de lojas do setor exemplificado e, os dados do Caged revelam a grande absorção da força de trabalho: 13,6% (52.083), dos 383.426 postos de trabalho abertos no subsetor de comércio, em 2012, estavam inseridos no segmento de super/hipermercados (DIEESE, 2013b).

Embora tenha havido volume na contratação de trabalhadores, isso não se converteu em estabilidade, ou ainda, em relações trabalhistas satisfatórias, pelo contrário, houve um aumento na demissão. Esse desligamento do contrato empregatício tem profunda ligação com a alta rotatividade – característica dos trabalhadores de supermercados. O rebaixamento salarial também influencia na qualidade do trabalho, que acaba se tornando insatisfatória e contribuindo para a degradação desse segmento, uma vez que as condições de trabalho vão se tornando desestimulantes.

Traçando um panorama com o cenário em que mundo se encontra, a situação é ainda mais desafiadora com o aumento da taxa de desocupação no Brasil, que no trimestre de fevereiro a abril de 2020 foi de 12, 6% sendo superior a apresentada no trimestre anterior, que correspondeu a 11, 2% no ano de 2019. O volume de pessoas que foram retiradas da força de trabalho, aproximadamente seis milhões, gerou impactos na população economicamente ativa (PEA), mas é interessante apontar que a pandemia não é a única explicação para esse quadro negativo, uma vez que a crise econômica que vem se construído no país tem profunda relação com a condição na qual se encontra o Brasil,

⁷ Associação Brasileira de Supermercados tem por objetivo demarcar a posição das empresas do setor supermercadista brasileiro quanto ao faturamento e número de lojas. Os dados apresentados no presente trabalho são referentes ao ano de 2014. No ano de 2019, houve ampliação do faturamento do setor supermercadista correspondente a R\$ 378, 3 bilhões, além do fato das cinco maiores empresas que se destacam são: Carrefour, GPA, Cencosud Brasil, Irmãos Muffato & CIA e SDB Comércio de Alimentos. Disponível em < <https://www.abras.com.br/economia-e-pesquisa/ranking-abras/dados-gerais/>>

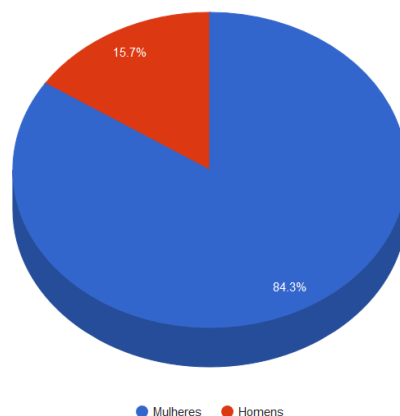
embora é possível apontar que a COVID-19 acelerou o processo de deteriorização que se encontra o mercado de trabalho e o trabalhador em si (DIEESE, 2020).

Ainda é possível apontar que o setor privado apresentou maiores perdas – embora de maneira geral todos os setores apresentaram queda generalizada – destacando-se os serviços, assim como o comércio e indústria. A massa salarial também apresentou redução significativa de 3,3% se comparado a janeiro e março de 2020 e, com o aumento da taxa de desocupação, aumenta-se o contingente de trabalhadores(as) subutilizados em decorrência de insuficiência de horas trabalhadas (DIEESE, 2020).

Esses dados levantados conduzem a ideia de que a desestruturação do mercado de trabalho é anterior à crise sanitária, mas também atinge com máxima expressão o emprego assalariado formal do setor privado, mesmo se voltando para o emprego informal, de caráter volátil e outras expressivas formas de precarização. O cenário que se desdobra revela a transitividade quando da perda de emprego para a inatividade econômica, expressando um quadro de desemprego bastante elevado.

No que se refere às caixas de supermercado – objeto da análise – o predomínio feminino é grande, correspondendo a 84,3% da força de trabalho ocupada nessa atividade no país, conforme apresentado pelo Gráfico 1 abaixo. A presença expressiva de mulheres nessa ocupação também evidencia o caráter da divisão sexual de trabalho em tal segmento, na medida em que no supermercado há uma concentração de mulheres em funções que são designadas para “serem delas”, como é o caso das operadoras de caixa, recepcionista e vendedoras, enquanto os homens são encaminhados para atividades mais amplas, como é o caso do açougue, padaria, confeitaria, estoque de materiais, ampliando ainda mais a segregação tão latente.

Gráfico 1- Contratações para o cargo de Operador de Caixa por gênero⁸

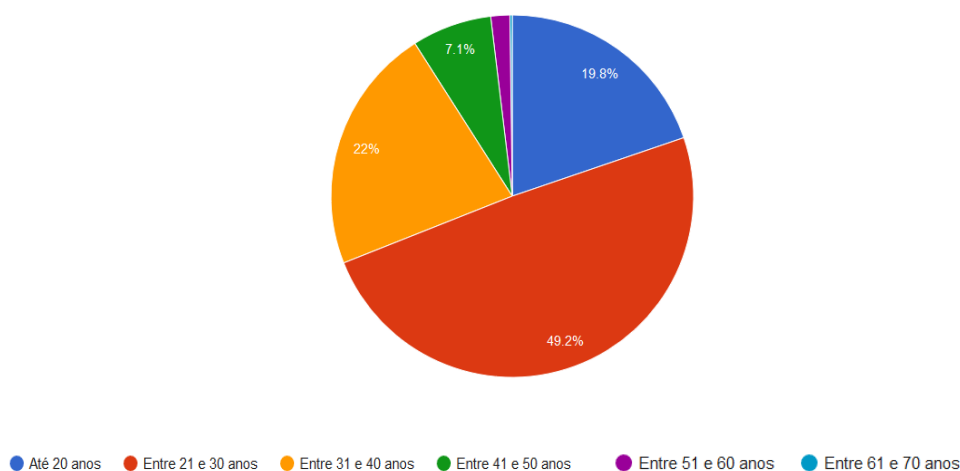


Fonte: Site salário, 2020.

Há de se notar para além de uma presença massiva de mulheres, uma presença significativa de jovens, mas é interessante apontar que os homens jovens (entre 18 – 24 anos) são mais fortemente concentrados nessa faixa etária, enquanto as mulheres se encontram nas mais distintas faixas de idade (entre 18 - 49 anos). Cabe ressaltar que no ano de 2014, a atividade de operadora de caixa contava com 39% de jovens com até 24 anos somente nessa ocupação. Da mesma forma, os homens jovens correspondiam a 46%, ao passo que as mulheres, aproximadamente 33% tinham até 24 anos.

⁸ Gráfico retirado do site Salário, disponível em < <https://www.salario.com.br/profissao/operador-de-caixa> > elaborado no período de 01/2020 a 09/2020. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

Gráfico 2 – Operadores de caixa por faixa etária⁹



Fonte: Site salário, 2020.

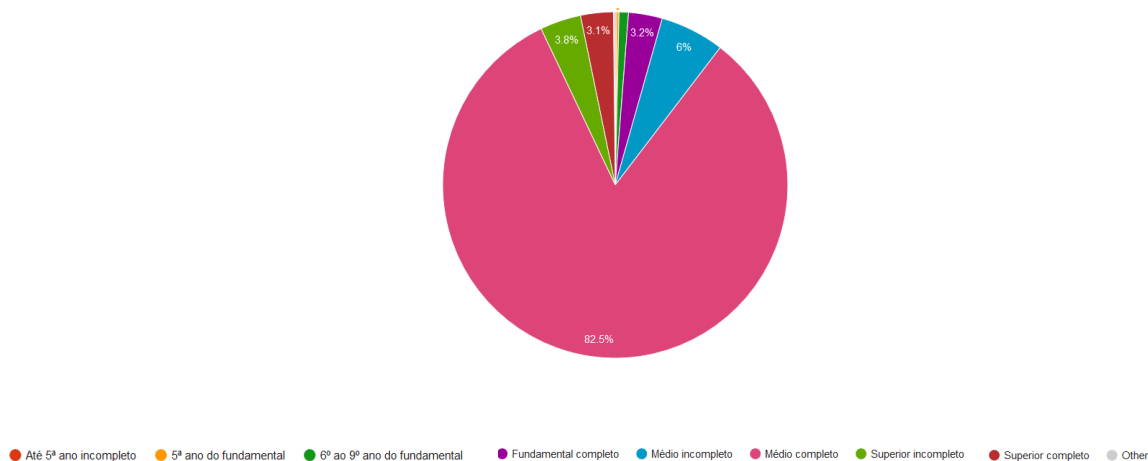
Chama atenção o percentual expressivo de jovens (49,2%) nesse segmento – de acordo com o Gráfico 2 - o que pode ser explicado através da contratação dessa faixa etária que em muitos casos não possuem experiências e contam com pouca qualificação profissional – facilitando a flexibilização do contrato por conta do empregador – conforme apontam Guimarães & Consoni (2003). A falta de responsabilidade familiar e a falta de qualificação profissional (muitos estão em fase de estudos), são fatores que auxiliam essa faixa etária a “aceitar” salários mais baixos, já que tendem a enfrentar o emprego como algo temporário, ansiando por outros postos de trabalho no futuro. Ainda segundo as autoras, a flexibilidade referente ao tempo de trabalho, que vai de encontro ao funcionamento dos estabelecimentos, torna-se um atrativo para jovens, somando-se ao fato de que não há uma forte pressão entre conciliar o trabalho profissional com os afazeres da casa, embora a disposição das mulheres nas mais variadas faixas etárias faça questionar esse último ponto.

Além da maior parte desse segmento ser composta por jovens, a maioria dos operadores de caixa possuem ensino médio completo (82,5%), enquanto 17,5% são

⁹ Gráfico retirado do site Salário, disponível em < <https://www.salario.com.br/profissao/operador-de-caixa> > elaborado no período de 01/2020 a 09/2020. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

distribuídos pelas outras etapas do ensino fundamental (até 5º ano incompleto, 6º ao 9º ano).

Gráfico 3 – Grau de instrução de Operador de Caixa¹⁰



Fonte: Site salário, 2020.

Por último é valido ressaltar a questão salarial que a partir de dados emitidos pela CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) juntamente com os cálculos obtidos pelo site Salários no ano de 2020 é perceptível que a renda salarial revela a desigualdade de gênero. Enquanto as mulheres ganham cerca de R\$ 1.302,60, a remuneração masculina é equivalente a R\$ 1.337, 95 com a mesma jornada de trabalho correspondente a 43h semanais. Com os salários femininos apresentando menor remuneração, pode-se caracterizar que a atividade de operadora de caixa de supermercado é demarcada por forte presença feminina, jovem, com baixos rendimentos – consequentemente contribui para a baixa qualificação e precariedade do trabalho – que experimenta alta rotatividade e onde questões de gênero marcam presença.

¹⁰ Gráfico retirado do site Salário, disponível em < <https://www.salario.com.br/profissao/operador-de-caixa> > elaborado no período de 01/2020 a 09/2020. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

7.1 Gênero no contexto da COVID -19

Antes de iniciar o diálogo proposto no título faz-se importante ressaltar que o debate sobre gênero não deve se reduzir a uma proposta simplista de enxergar o sexo feminino como um marcador de inferioridade, isto é, entender a questão de gênero a partir de um ponto de vista. Quando se fala em gênero só falamos de mulheres? Logicamente não.

A partir dessa indagação é interessante apontar que a estrutura que nos molda enquanto sociedade constrói papéis sociais que designam funções a mulheres e a homens, criando um jogo complexo que se desdobra a partir do embate provedor x cuidador. Dessa maneira, aos homens ficam a performance do trabalho produtivo que garante remuneração e provimento dos gastos; às mulheres fica designada a tarefa do trabalho reprodutivo – trabalho doméstico – que é transformado em “amor”, considerado não remunerado, portanto concebido como “não-trabalho”. É importante ressaltar a chamada dupla jornada (conforme exposto no capítulo acima) exercida pelas mulheres que não se conformar apenas no trabalho de gerar vidas, mas também de manter essas vidas ativas acrescidas do trabalho exercido para além das paredes da casa.

Nessa perspectiva, encarar a família como uma instituição centraliza o corpo de análises em relação as contradições que se emergem a partir da binaridade dos sexos, isto é, de homens e mulheres. Sendo a família nuclear patriarcal (pai-mãe-filho) uma estrutura que expõem as performances que serão realizadas por cada integrante desse núcleo é de se esperar que a dinâmica que desenrola nesse meio – a esfera privada – será reverberado na esfera pública.

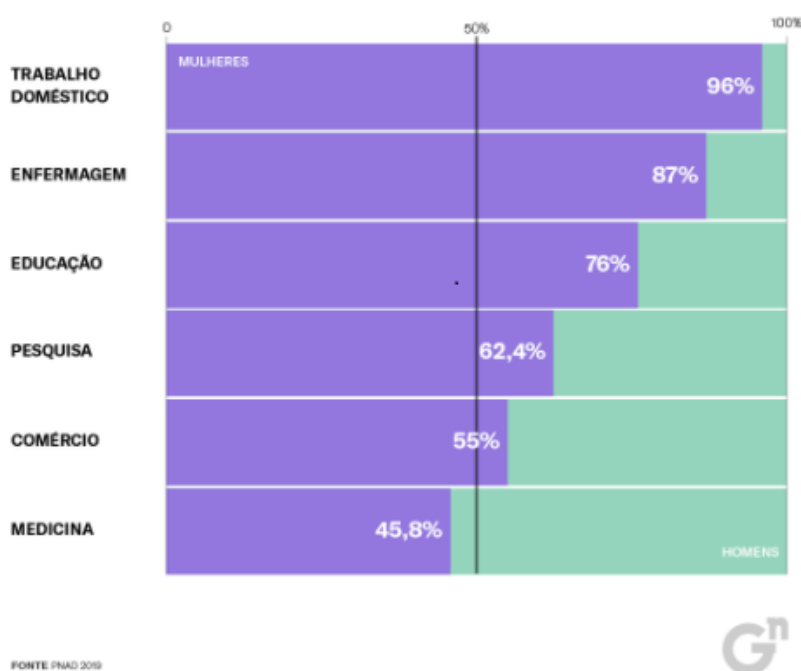
O momento que estamos vivenciando aflora e reforça os tensionamentos que sempre fizeram parte da vida cotidiana brasileira. O isolamento social força os indivíduos a conviverem enclausurados em casa, impactando fortemente nas relações entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, além de acentuar as tarefas do cuidado, este último delegado as mulheres.

Dessa forma, entre o trabalho e a casa revela-se um profundo esgotamento mental e físico das mulheres durante a pandemia – 42% das mulheres são responsáveis pela tarefa do cuidado, 23 % das mulheres apontam que houve redução na participação

da família em relação aos cuidados¹¹, apontando para uma intensificação das desigualdades. Isso significa dizer que sob as rédeas de que “a economia não pode parar” são aflorados trabalhos que são essenciais para a sustentabilidade da vida – e que não podem parar. O cuidado, portanto, analisado a partir do espectro afetivo, não apresenta valor como trabalho, na esfera econômica provocando o aprofundamento das relações de gênero.

Por que mulheres estão na linha de frente da COVID-19?

Porcentagem de mulheres por setor de trabalho



Analisando o gráfico acima, é possível perceber que as mulheres por ocuparem empregos mal remunerados, exercendo o trabalho informal, acabam se tornando mais vulneráveis diante da crise, como é o caso da COVID-19. Com a medida de restrição de contágio pelo vírus, a casa se tornou o principal foco de desigualdade de gênero na medida em que o trabalho “invisível”, isto é, do cuidado, extrapola-se com o trabalho remunerado e o doméstico caminhando juntos no interior da casa – o que permite ir além e afirmar que o espaço público e o espaço privado nunca estiveram tão interligados.

¹¹ De acordo com a pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” realizada pela revista Gênero e Número e da Sempreviva Organização Feminista

Nesse sentido, é notável que os dados apontem que 96% do trabalho doméstico é exercido pela classe feminina. O esgotamento físico e mental é exacerbado principalmente no período em que o afastamento social é recomendado na medida em que o trabalho do cuidado é triplicado num momento em que escolas estão fechadas (dessa forma, as crianças são encaminhadas a exercer suas atividades escolares no espaço privado) e o trabalho remunerado também. Isso significa dizer que há um maior sacrifício de horas e energia diárias e, assim, o trabalho “invisível” constantemente naturalizado no formato de amor ganha peso e perpetua o ciclo de exploração feminina.

A enfermagem, que emprega um corpo de 85% das mulheres no caso brasileiro (ao redor do mundo, 70% dos trabalhadores da saúde são mulheres) de acordo com o relatório “Mulheres no centro da luta contra a Covid-19” (ONU Mulheres, 2020b) expressa a extensão do espaço familiar para o espaço público, revelando como os cargos de trabalho exercidos pelas mulheres evidenciam a construção social do feminino, tendo como uma das características o ato do cuidar.

Chegando ao auge da questão que corporifica o centro do debate, isto é, a precarização do trabalho feminino torna-se de fundamental importância apontar o trabalho informal que revela a crise do sistema formal empregatício, ou seja, a flexibilização do trabalho advinda de uma política neoliberal permite volatilidade em relação aos direitos trabalhistas na medida em que burla a legislação referente ao trabalho e permite a diminuição de horário do trabalho, a criação de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, diminuição de salários, contrato de trabalho temporários etc. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais de 2019, 42% do trabalho informal é ocupado por mulheres, e, estando o comércio e serviços como categorias que estão na informalidade e que as mesmas estão presentes, revela-se que estas estão num campo que apresenta vulnerabilidades, visto que o advento da pandemia, desempregou uma série de trabalhadoras dessas ocupações.

7.2 Se pudesse não ser caixa...

Anteriormente a exposição do presente capítulo se faz importante acrescentar algumas ressalvas a respeito das dificuldades em se fazer pesquisa durante a pandemia, já que a aplicação de questionários tornou-se uma tarefa desafiante no sentido de que nem todas as entrevistadas possuem tempo para responder as questões, ao passo que o receio pela perda do emprego diante de um contexto de crise sanitária não abre espaços para um diálogo aberto que aponte para uma possível compreensão do que significa “ser caixa” num contexto de isolamento social, alta taxa de desemprego, precarização do trabalho, dentre infinitas causas estruturais que se colocam diante da atual crise sanitária. Ademais, o medo pela exposição do nome das funcionárias e suas impressões sobre o estabelecimento sob o qual estão empregadas também fez parte de uma construção de narrativa mais objetiva e restrita que não delatasse também seu empregador e arriscasse uma demissão por “falar demais”.

Em tempos de pandemia, as contradições que se configuram diante da divisão sexuada em masculino e feminino reacende a certeza de que há um componente de diferenciação quanto à forma como o trabalho é concebido ao ser homem e ser mulher. A jornada dupla/ tripla atribuída às mulheres que por vezes é avaliada como algo inerente a natureza feminina, durante o isolamento social vem sobrecarregando as mulheres, já que a casa acabou por se tornar o espaço do trabalho tanto produtivo quanto reprodutivo aumentando ainda mais a divisão sexual das atividades. Sendo a Geografia uma ciência espacial, as mulheres são também produtoras do espaço, este profundamente excludente, renegando a essas últimas o direito de existir dos mais diferentes sentidos.

Pensando na perspectiva da classe trabalhadora que está lidando diretamente com a COVID-19, é interessante apontar que as trabalhadoras que ocupam cargos de comércio e serviços também estão na linha de frente e exposta ao vírus. Os supermercados são um exemplo de instituição que não parou por conta da pandemia e, esse fato coloca as caixas em situação de vulnerabilidade uma vez que a maioria são mães, ultrapassam o horário de trabalho e ganham salários bem abaixo de sua capacidade produtiva.

O supermercado Casa do Arroz, local escolhido para ser o foco de observações e consequente análise a respeito da dinâmica das relações trabalhistas das caixas de supermercados encontra-se no município de Barra do Piraí, situado ao sul do Estado do Rio de Janeiro e apresenta mais de uma unidade distribuída pela cidade. É interessante apontar que as demais filiais encontram-se posicionadas em locais estratégicos de grande circulação de pessoas.

Em relação aos aspectos gerais da rede varejista em questão, soma-se ao todo 718 funcionários, sendo 282 mulheres e 436 homens; a contratação de empregados é realizada a partir de quatro etapas: inscrição no site da empresa, seleção de candidatos, entrevistas com o setor de Recursos Humanos e documentos de contratação; os trabalhadores e trabalhadoras têm suas carteiras de trabalho assinadas, inclusive na modalidade de contrato intermitente. A escolaridade dos contratados varia de acordo com o cargo: operacional¹² deve possuir no mínimo o ensino fundamental incompleto, já o administrativo deve possuir no mínimo o ensino médio. Por último, quanto à rotatividade das trabalhadoras e trabalhadores é realizado o controle por meio do sistema *turn-over*¹³.

Avaliando as condições das caixas de supermercado é possível perceber a partir do questionário realizado que são jovens, com faixa etária que varia de 21 a 30 anos, cujo nível de escolaridade é o ensino médio, possuem dependência de responsáveis em relação às despesas da casa, sendo em sua maioria mulheres. Em relação a esse aspecto é imprescindível salientar que diante do diálogo apresentado ao longo dos capítulos, a figura da mulher ocupa espaço central na casa, na medida em que garante os recursos necessários – descanso, comida, roupa lavada, responsabilidade pelas despesas da casa – para que as trabalhadoras possam estar com o tempo “livre” para o trabalho exercido fora do lar.

Em relação à renda mensal, ganham o salário mínimo no valor de R\$ 1200, embora somente uma apresente um rendimento inferior a todas as outras, no valor de R\$ 1045. O fato da cidade oferecer poucas oportunidades aos jovens, bem como muitos

¹² Fazem parte do contratado operacional: operador de caixa, embalador, repositor, ajudante de depósito e entregador.

¹³ Trata-se de uma alta taxa de rotatividade dos funcionários dentro de uma empresa, sua admissão e desligamento sucessivo.

deles terem que abandonar os estudos para contribuir com a renda da família, ser operadora de caixa oferece a oportunidade de ter uma renda e, sobretudo, a carteira de trabalho assinada garante uma certa seguridade social.

Além disso, relatam satisfação quanto as relações entre funcionárias e entre gerente e caixa de supermercado. Paradoxalmente a essa questão, reside o fato de que as caixas extrapolam o mínimo da jornada de trabalho – 8h diárias – alcançando a marca de 10h trabalhadas (sendo 1h30min a 2h de intervalo), mas há relatos de que a jornada é superior ao valor estabelecido, assim, quem define a saída do expediente é o patrão. As operadoras trabalham em três turnos: 7h30min - normalmente, quem fica com esse primeiro turno, termina o expediente por volta das 16h30min, dependendo da funcionária que retorna do horário do almoço, mas muitas vezes esse horário de saída é estendido para que elas revezem o caixa com outras trabalhadoras que ainda nem tiveram intervalo, na função de embaladoras, ou ainda devem permanecer na empresa, caso haja grande volume de pessoas - 9h e 12h - havendo flexibilidade nesses horários – sendo que essa extensão da carga horária é computada em horas extras, embora não haja aumento no salário, logo, esse excedente é convertido em folgas (entretanto, em épocas de grande movimentação, como é o caso de festas comemorativas, não há folga). Esse excesso de trabalho esgota as funcionárias física e psicologicamente e revela um certo propósito do patrão em exaurir seu funcionário, fazendo com que este último, consumido pelo seu trabalho não possa pensar em procurar outra profissão, ou dar continuidade aos seus estudos, simplesmente almeja o descanso para o próximo dia.

Esse cansaço mental promovido por essa série de precarização e intensificação do trabalho que cria barreiras para a conciliação do trabalho com outras atividades que promovam bem-estar contribui para a uma escolarização formal precária diminuindo as possibilidades de ingresso em profissões melhores, uma vez que “a gente tem hora para entrar, mas não tem para sair”. (Entrevista 1, na faixa dos 22 anos)

O alarde causado no início da pandemia ancorado na forma como outros países estavam em relação à contaminação do vírus, a viralização de imagens de pessoas estocando principalmente comida, a alta taxa de mortalidade, o isolamento social rígido (sob pena de multa por descumprir as regras do *lockdown*), inclusive informações mal

construídas em relação a como se proteger de um “inimigo invisível” foram dispositivos que se tornaram o estopim para o pânico social na sociedade brasileira.

O medo do fechamento de estabelecimentos, fez com que pessoas superlotassem os supermercados a partir da ideia de que a comida se extinguiria. Segundo relatos de umas das operadoras de caixa, somente um mês após a autorização da lei de obrigatoriedade do uso de máscaras em estabelecimentos públicos ou privados foram providenciadas medidas de proteção às funcionárias, como por exemplo, a barreira de acrílico nos caixas, o uso de álcool em gel e a entrega de máscaras. Até então os clientes poderiam entrar com tal equipamento de proteção, mas não havia necessidade do uso por parte das funcionárias, de acordo com as ordens dos superiores.

O desconforto se tornou ainda maior pelo fato de que não era permitido levar máscaras muito menos utilizá-las no estabelecimento, pois deveria haver um padrão. Durante esse período, o trabalho era realizado “pela fé”, como aponta uma das caixas. A preocupação em se contaminar, se tornava maior com a possibilidade de infectar os familiares, algumas moravam com idosos – que se enquadram no grupo de risco - outras em período de amamentação.

Ainda é possível apontar que, as caixas de supermercado estão mais expostas ao equilíbrio emocional já que são elas que lidam diretamente e cotidianamente com a clientela e deve possuir a capacidade emotiva para que a dinâmica que ocorre dentro do supermercado se mantenha fluida. O lado emocional ficou ainda mais abalado por conta da demora da empresa em fornecer a seus funcionários os utensílios para a proteção, a lotação presente no estabelecimento, contrariando as regras do isolamento social e causando nas funcionárias um profundo sentimento de revolta, aumentada mais ainda por conta dos xingamentos proferidos por parte dos clientes em relação ao atendimento das operadoras por meio das redes sociais, enquanto a situação em si – isto é, a aglomeração de pessoas em ambiente fechado – não era visto como algo a ser contestado.

O risco de demissão não foi algo recorrente, já que não houve baixas em relação à quantidade de funcionários mesmo havendo alguns contratados finalizados. Entretanto, havia uma rotatividade significativa de trabalhadores e a justificativa para o cancelamento do contrato não ia de encontro ao momento da pandemia, mas outros

motivos que desencadeavam as demissões. A contaminação pelo vírus por parte de uma das operadoras de caixas entre junho/julho forçou o afastamento do serviço e gerou na mesma um sentido de angústia, já que dependia do salário para sua sobrevivência, além do medo em perder a vida frente a um inimigo invisível e a angústia em se afastar dos familiares e amigos para impedir a sua circulação. Paralelamente a esse ocorrido, a caixa relata o cuidado que recebeu da empresa ao reportá-la sobre o teste positivo, embora não tenha recebido nenhum auxílio emergencial pela situação em que se encontrava.

Desse modo, a negligência da empresa em certa medida demonstrou um profundo descaso com a vida de funcionárias e funcionários a partir do momento que não tomou providências quanto as medidas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e permitiu a exposição de pessoas ao vírus, movido a uma única ideia: a manutenção do lucro. Em um dos depoimentos é relatado o fato de que o supermercado possuía mais de 100 pessoas em seu interior, na posse de cerca de 5 carrinhos abarrotados de compras, revelando de um lado o descompromisso do estabelecimento em zelar pelo bem-estar de seus empregados e, de outro, a ideia dos clientes de que o simples uso da máscara seria uma espécie de blindagem contra o vírus.

Do ponto de vista econômico não se pode menosprezar o ganho das caixas, já que algumas são as provedoras da família. Soma-se a isso o fato de que a cidade oferece poucas oportunidades aos jovens, bem como muitos deles tiveram que abandonar os estudos para contribuir com a renda da família, ser operadora de caixa oferece a oportunidade de ter um renda, e sobretudo, a carteira de trabalho assinada garante uma certa seguridade social.

8. Conclusão

Diante do que foi exposto ao longo dos capítulos, se torna urgente ressaltar que a política neoliberal na qual vivemos juntamente com a intersecção gênero, classe e raça reforça as contradições presentes na sociedade capitalista sob a qual estamos fixados. O processo de globalização também fez reascender a discussão da velocidade como força-motriz de difusão e propagação de padrões de existência – comportamentos, atitudes, vestimenta, alimentação - que são apresentados para as pessoas como “modernidades”, como se houvesse somente uma forma de “ser no mundo”, quando na verdade não passam de uma dinâmica que colocam os sujeitos para “performarem” como um só, isto é, individualizados, desempenhando um papel de um real inalcançável, espelhados a partir de um modelo universal.

Milton Santos (2006) recorda que Serres (1990) aborda as mudanças nas experiências que travamos com mundo, uma vez que se num período anterior, as relações se davam num plano local-local, na contemporaneidade o local-global aparece com mais vigor. Isso porque o processo de globalização, a grosso modo, acelerou a dinâmica do mundo e a forma que interpretamos esse mundo. Convém apontar que isso não significa a extinção de proximidade com um modo de vida mais interior, de contemplação com a natureza ou ainda de familiaridade com a vizinhança, pelo contrário, as relações sociais e espaciais (no sentido de que não existe indivíduos a-espaciais, ou seja, fora de uma materialidade, de um espaço físico, o espaço geográfico) se tornaram cada vez mais complexificadas, notadamente possuidoras de ramificações que levam a uma compreensão do que o sujeito é um ser em sua totalidade.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, é notável que a sua forma de organização e gestão focada no lucro do monopólio de grandes empresas, redução de custos e terceirização cria um cenário devastador para os trabalhadores/as que buscam por uma tentativa de viver melhor, de maneira mais digna. A precarização se transforma num *slogan* da perversidade de uma política capitalista que transforma a força de trabalho em sujeitos descartáveis, cuja existência se torna momentânea de acordo com a demanda solicitada.

Há que se considerar que o trabalhador moderno é encarado pelo mundo do trabalho como mão-de-obra barata e disposta a encarar qualquer tipo de serviço com medo de presenciar um desemprego prolongado. A chegada da COVID-19 reforçou a precarização que já vivenciava a classe trabalhadora em decorrência da crise econômica que estava em andamento na população brasileira. A deteriorização do trabalho contribui para a formação de um proletário sob o jugo do empreendedorismo, que na verdade mascara mais do que revela: a informalização. Além disso, o trabalho remoto durante esse período de crise sanitária trouxe uma sobrecarga ainda maior para o trabalhador na medida em que, por conta do isolamento social não há um espaço de descanso e um espaço para o trabalho; as tarefas se concentram em unidade espacial, ou seja, lazer e serviço são desenvolvidos num mesmo ambiente de tensões que se reverberam e acarretam consequências físicas: desgaste mental, ansiedade, estresse, má alimentação, dentre outros aspectos. Como afirma Netto e Braz (2009) o trabalho é parte constituinte do ser, mas o ser social não pode ser reduzido ao trabalho.

Nesse sentido, cabe indagar: numa sociedade que é estruturada e se estrutura pelo lucro é possível “escolher”? Ou a forma como está organizado o mundo do trabalho (e o trabalho em si) demonstra que não há opções a se fazer? Quem define o que é trabalho são as relações de mercado apoiadas nas relações capitalistas? Essas indagações são expostas a partir do momento que centram o seu ponto de origem: a indústria.

A palavra “indústria” permite a construção de um imaginário social que se concentra num espaço fechado, em linhas de montagem, trabalhadores que praticam uma atividade incansavelmente, repetidamente, em que os sujeitos que ali estão são masculinos. Numa análise mais atenta, torna-se possível apontar que o trabalho é muito mais fluido, uma vez que ele é cada vez mais flexibilizado, terceirizado, *just-in-time* e, sobretudo, a “classe-que-vive-do-trabalho” é formada por dois sexos, portanto, nada mais justo do que abarcar as dimensões que cercam o gênero.

Uma das facetas que constituem o trabalhador moderno – este desencontrado de seus direitos trabalhistas por conta da maleabilidade do contrato de trabalho advinda de uma política de não-proteção à classe trabalhadora, de retirada de direitos – encontra um campo de atuação amplo no que diz respeito às trabalhadoras. Isso porque a lógica

patriarcal que cria laços no seio familiar, se estende para o espaço público de maneira sutil, no sentido de evocar a natureza, a biologia e “essência feminina” para justificar a subordinação das mulheres nos mais variados espectros sociais. Cabe ressaltar que a sutileza que faz parte da difusão da dinâmica patriarcal, é enfatizada no sentido de parecer que a condição da mulher, a constituição de sua existência é resultado de algo intrínseco ao seu ser: submisso, a-espacial, despolitizado e reprodutor da vida.

Ainda é possível apontar que a mulher como categoria universal deve ser desmistificada, uma vez que ao considerar a interseccionalidade sob a perspectiva de classe, gênero e raça, algumas opressões particulares que residem dentro dessas categorias revelam o quão necessário é considerar o racismo vivenciado por mulheres negras, ou ainda, que estas se enquadram num quadro de vulnerabilidades nos mais distintos aspectos da vida social dado o racismo que estrutura o território nacional brasileiro. Pensar a partir desses elementos – raça, classe e gênero – não como anexos de análise, mas como constituintes das relações sociais é essencial para o entendimento de que estas corroboram para a consolidação das opressões. Nesse sentido, para as mulheres negras o acesso ao espaço, se torna mais restrito.

A partir dessa perspectiva é interessante apontar que a ideia de que as mulheres não são “apropriadas” para estarem em público se torna acentuada ao passo que ao se inserirem no “mundo do trabalho” são profundamente hostilizadas, nos mais distintos aspectos (verbal, moral, sexual etc) e, como consequência, por serem mais “aptas” para o cuidado, para o lar e para a família, não necessitam ocupar cargos de prestígio, ou ainda, fazer parte do público uma vez que, em certo momento, as atividades da casa vão reduzir a mulher ao lugar de “dona do lar”, um subproduto da ideologia capitalista que converte o trabalho doméstico em uma forma inferior de trabalho, uma vez que não gera lucro (Davis, 2016).

Resgatar a análise que se insere nas instituições família, Igreja e Estado embora por muitas vezes sejam consideradas estruturas que operam separadamente são essenciais para a compreensão da legitimação da diferenciação dos sexos, pois é a partir delas que se define a organização social baseada no gênero. Do ponto de vista do trabalho, o entrelaçamento das relações contratuais com a disposição das tarefas

delegadas a homens e mulheres decorrem de construções prévias do que se concebe como masculino e feminino.

Dessa forma, a proposta do trabalho procura trazer uma releitura da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana desenvolvida por Milton Santos a partir da análise das caixas de supermercado como um dos subprodutos da lógica de exploração que se insere de maneira mais intensiva no circuito inferior da economia – já que este campo dialoga com a subalternidade, informalização dos sujeitos - reascendendo a discussão de que o gênero não deve ser interpretado como um recorte, mas sim como parte fundamental para o entendimento das contradições que se constituem no espaço, desencadeando uma série de tensionamentos do ponto de vista da dinâmica do trabalho, que opera segundo a diferenciação dos sexos.

A partir dessa complexidade foi possível correlacionar a forma como as mulheres se encontram no mundo do trabalho: profundamente precarizadas e informalizadas, sendo um indicativo de como o binóculo social quer manter as mulheres em um lugar de não direitos e condições de existência. Se não há produção de espaço sem trabalho, não há produção de novos espaços sem a presença da luta pela emancipação das mulheres.

9. Bibliografia

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. A cidade negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Editora CLACSO. Buenos Aires, 2000.

ARAÚJO, A.M.C. **Trabalho, Precarização e Relações de gênero em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva**. XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, 2007.

BARROS DE CASTRO, A. **O capitalismo ainda é aquele**. Editora Forense-Universitário. Rio de Janeiro, 1979.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil – 1914-1940**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil Contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p. 67-104. Julho, 2000.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. **Instruídas e trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX**. Fundação Carlos Chagas, pp.157-196. São Paulo, 2001.

CARDOSO, D.T. **A mulher e o trabalho: O cotidiano das trabalhadoras dos supermercados**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

CARLOTO, Cássia Maria. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino**. Serviço Social em Revista, Londrina, vol. 4, n. 2, 2008.

CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **O Poder Da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 5(1): 69-238, 2001.

CATAIA, Márcio; SILVA, Silvana Cristina da. **Considerações sobre os dois circuitos da economia urbana na atualidade**. Boletim Campineiro de Geografia, v.3, n.1, 2013.

COSTA, C.M. **Reestuturação produtiva, precarização e feminização do trabalho docente em Catalão, Goiás: algumas considerações**. Revista Latino-americana de Geografia e Genero, v. 3, n. 2, p. 150-154. Ponta Grossa, 2012.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Balanco do segmento e perfil dos trabalhadores em supermercados*. São Paulo: Dieese, 2010.

DIOGO, Maria Fernanda; Coutinho, Maria Chalfin. **A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino**. Interações, vol. XI, núm. 21, p. 121-142. Universidade São Marcos. São Paulo, 2006.

Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016.

FRANÇA JUNIOR, Luzimar. **O trabalho na grande rede hipermercadista – um estudo sobre o Carrefour e a reestruturação na década neoliberal**. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. *Anais...* Marília: Massoni, 2008.

GUIMARÃES, Nádyá. **Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil**. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, p. 237-266, 2002.

_____; CONSONI, Flavia Luciane. **Comércio a varejo e desigualdades por atacado: o caso dos super e hipermercados do ABC paulista**. In: GUIMARÃES, Nádyá; LEITE, Márcia. *Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça*. São Paulo: Fapesp/Cebrap/Prefeitura Municipal de Santo André/Ceert/Elas, ago. 2003. p. 284-338. (Relatório final).

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho** *Sociologias*, vol. 11, núm. 21, junho, 2009, pp. 24-41. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

HIRATA, Helena. **Globalização e Divisão sexual do trabalho**. Núcleo de pesquisa GERS (Genre et rapports sociaux), p.139-156. Centre National de la Recherche Scientifique. França, 2001.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. 345 p.

Levantamento salarial por grau de instrução. Site Salário, 2020. Disponível em: < <https://www.salario.com.br/profissao/operador-de-caixa/> > Acesso em: 07 de novembro de 2020.

MIYATA, Hideko. **Trabalho, redes e territórios nos circuitos da economia urbana: uma análise da venda direta em Jundiá e Região Metropolitana de São Paulo**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, S.D. **Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho.** Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, GT1 – Juventudes, Trabalho e Gênero no Contexto da Reestruturação Produtiva . Universidade Estadual de Londrina, 2014.

NEVES, M. Almeida de; PEDROSA, C.M. **Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções.** Sociedade e Estado, v. 22, n. 1, p. 11-34. Brasília, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização do trabalho no mundo do telemarketing.** In: **Antunes, R. (org) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

Pesquisa de site por gênero. Site Salário, 2020. Disponível em: < <https://www.salario.com.br/profissao/operador-de-caixa/> > Acesso em: 07 de novembro de 2020.

Pesquisa salarial por faixa etária. Site Salário, 2020. Disponível em: < <https://www.salario.com.br/profissao/operador-de-caixa/> > Acesso em: 07 de novembro de 2020.

PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo. **Desigualdades de gênero em trabalho pago e não pago no Brasil: uma análise das distribuições de tempo de homens e mulheres entre 2001 e 2015.** Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. IPEA, 2019.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: introdução à ciência geográfica.** São Paulo: Avercamp, 2008.

ROSSINI, R.E. **Geografia e gênero: A mulher como força de trabalho no campo.** *Informações Econômicas*, v.23 (Supl.1), 1-58, São Paulo, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. **O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnicizada e capitalizada.** En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, 2006.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: a força de trabalho feminina começa a ser incorporada pela modernidade tecnológica na agroindústria canavieira na macroárea de Ribeirão Preto/ SP.** XV EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina. Cuba, 2015.

SAMBATTI, Andréia; RISSATO, Denise. **O setor terciário da economia: uma discussão teórica introdutória.** In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS

SOCIAIS APLICADAS – AS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NA ERA DOS SERVIÇOS, 2. Cascavel, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

SPAGNOLO, Sérgio; FROEHNER, Bruna. **Mulheres avançam em ritmo lento ao topo do mundo corporativo.** Revista Gênero e Número. Especial Trabalho, edição 6, maio/2017. Disponível: < <http://www.generonumero.media/mulheres-avancam-comando-mundo-corporativo/>> Acesso em: 22 de setembro de 2019.

SILVA, Joseli Maria da. **Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: Uma crítica feminista à geografia eurocêntrica.** Geografias Subversivas: Discurso sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, Toda Palavra: 2009.

SILVA, G. Maria da. **As facetas do trabalho feminino e a questão de gênero no contexto da reestruturação produtiva: um estudo de caso nas olarias de Itabaiana/SE.** Grupo de Pesquisa Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico/DGEI/UFS Itabaiana. XII Jornada de Trabalho, Presidente Prudente, São Paulo, 2012.

TIFFON, Guillaume. *La mise au travail des clients.* Paris: Economica, 2013.

VALENZUELA, M. E. **La situación laboral y el acceso al empleo de las mujeres en el Cono Sur.** In: . Más y mejores empleos para las mujeres? Santiago del Chile: Oficina Internacional del Trabajo (OIT), 2000.

WIESNER, Edward. *Women and Gender in Early Modern Europe.* Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

10. Anexos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

QUESTIONÁRIO 1 – Aspectos Gerais do Supermercado

PESQUISA: De Milton Santos ao gênero: uma análise da precarização do trabalho feminino a partir das caixas de supermercado

- 1) Quantos são os funcionários?
- 2) Como é feita a contratação?
- 3) Os trabalhadores e trabalhadoras trabalham têm carteira assinada ou o trabalho é temporário (sem a necessidade de assinar a carteira de trabalho)?
- 4) Qual o nível de escolaridade dos contratados?
- 5) As trabalhadoras e trabalhadores possuem rotatividade?
- 6) Qual a média de idade das operadoras de caixa?
- 7) O mercado tem alguma política de creche para as trabalhadoras que são mães?
- 8) Existe uma quantidade mínima de contratação de trabalhadoras que são mães?
- 9) Quanto tempo de expediente das caixas? E feriados e festas comemorativas (como por exemplo, Natal e Ano Novo)?
- 10) As caixas têm a quem recorrer caso sofram assédio? Insultos por parte dos clientes?
- 11) E quanto aos caixas homens? Há uma quantidade mínima para a ocupação desses postos?

Data

____/____/____

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

QUESTIONÁRIO 2 – Caixas de supermercado

PESQUISA: De Milton Santos ao gênero: uma análise da precarização do trabalho feminino a partir das caixas de supermercado

Nome da entrevistada:

A - PERFIL:

1. Sexo: Feminino

2. Escolaridade:

(1) superior incompleto (2) superior completo (3) especialização (4) mestrado (5) doutorado

3. Idade: () de 18 a 21 anos () 22 a 29 anos () de 30 a 39 () 40 a 49 () 50 a 59 () 60 a 69 () 70 ou mais

4. Bairro/ Município onde mora:

5. Tem filhos () Sim () Não Quantos: _____

(caso tenha filhos, verificar a idade, se estudam (onde?) ou trabalham(onde)? _____

6. Quantas pessoas moram em sua casa com você? _____

B - RELAÇÕES DE TRABALHO

7. Qual é sua carga horária diária e o turno que trabalha?

Há quanto tempo está neste emprego?

8. Como conseguiu este emprego?

() indicação de amigos () classificados de jornais () agências de empregos () outros _____

9. Como considera as relações de trabalho que possui no mercado?

Entre os funcionários () Boa () Satisfatória () ruim O que fazer para melhorar?

Com a administração () Boa () Satisfatória () ruim O que fazer para melhorar?

10. Como você classificaria sua relação com o trabalho? (Sem relações salariais)

() Está satisfeito () não está satisfeito () não está satisfeito nem insatisfeito () está insatisfeito

gostaria de exercer outro tipo de atividade. Qual? _____

11. Qual é o salário mensal? (reais): _____

12. Quem é o principal responsável pelas despesas de sua casa?

(caso more com companheiro (a), filhos, parentes, verificar qual a renda familiar):

11. Já sofreu algum tipo de assédio (moral ou físico) em seu trabalho atual? Saberá a quem recorrer caso tivesse algum problema deste tipo?

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Questionário 3 – Situação das caixas de supermercado frente à pandemia da COVID-19

PESQUISA: De Milton Santos ao gênero: uma análise da precarização do trabalho feminino a partir das caixas de supermercado

- 1) Será que você poderia me falar um pouco sobre sua experiência enquanto operadora de caixa?
- 2) Você teve algum receio de perder o emprego durante a pandemia?
- 3) Sua relação com o RH da empresa ou com a gerência mudou por conta desse cenário de pandemia?